



ESCOLA SUPERIOR DE CONSERVAÇÃO AMBIENTAL E SUSTENTABILIDADE

**PROGRAMA DE VISITAÇÃO DO PARQUE ESTADUAL DA SERRA DO PAPAGAIO
(MG): DESAFIOS E OPORTUNIDADES PARA O ESTABELECIMENTO DE
PARCERIAS**

Por

GUSTAVO DE PAIVA RESENDE TOLEDO

NAZARÉ PAULISTA, 2018



ESCOLA SUPERIOR DE CONSERVAÇÃO AMBIENTAL E SUSTENTABILIDADE

PROGRAMA DE VISITAÇÃO DO PARQUE ESTADUAL DA SERRA DO PAPAGAIO (MG): DESAFIOS E OPORTUNIDADES PARA O ESTABELECIMENTO DE PARCERIAS

Por

GUSTAVO DE PAIVA RESENDE TOLEDO

COMITÊ DE ORIENTAÇÃO

**PROF. CLAUDIO BENEDITO VALLADARES PADUA
PROF. CAMILA GONÇALVES DE OLIVEIRA RODRIGUES
PROF. FERNANDA MENDES AIDAR**

**TRABALHO FINAL APRESENTADO AO PROGRAMA DE MESTRADO
PROFISSIONAL EM CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE E
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL COMO REQUISITO PARCIAL À
OBTENÇÃO DO GRAU DE MESTRE**

**IPÊ – INSTITUTO DE PESQUISAS ECOLÓGICAS
NAZARÉ PAULISTA, 2018**

Ficha Catalográfica

Toledo, Gustavo de Paiva Resende

PROGRAMA DE VISITAÇÃO DO PARQUE ESTADUAL DA SERRA DO PAPAGAIO (MG): DESAFIOS E OPORTUNIDADES PARA O ESTABELECIMENTO DE PARCERIAS, 2018. 60 pp.

Trabalho Final (mestrado): IPÊ – Instituto de Pesquisas ecológicas

1. Parque
2. Visitação
3. Ecoturismo
4. Parcerias
5. Desenvolvimento territorial
- I. Escola Superior de Conservação Ambiental e Sustentabilidade, IPÊ

BANCA EXAMINADORA

NAZARÉ PAULISTA, 7 DE FEVEREIRO DE 2018

Prof. Dr. Claudio Benedito Valladares Padua

Prof. Dra. Suzana Machado Padua

Prof. Dra. Camila Gonçalves de Oliveira Rodrigues.

Dedico este trabalho aos meus bons espíritos, guardiões e protetores.

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meus pais Aguinaldo, Maria Cristina e minha irmã Marina por me apoiarem nas escolhas acadêmicas.

Aos meus orientadores Claudio, Suzana, Camila e Fernanda pelo profissionalismo, paciência e sinceridade.

Aos meus colegas do mestrado e equipe da ESCAS/IPÊ por me proporcionarem momentos inesquecíveis que vivemos durante esta jornada.

A equipe do Parque Estadual da Serra do Papagaio/IEF-MG que me deram a oportunidade de desenvolver esta pesquisa e me apaixonar pela Mantiqueira.

Aos meus tantos colegas de trabalho ao longo de toda esta minha trajetória profissional até aqui percorrida onde me incentivaram a seguir em frente em prol da Conservação da Natureza e de um Turismo Responsável.

Aos meus colegas de infância, em especial Miguel, Téo, Saulo, Lucas, Guilherme e Rodrigo que apesar da distância da vida tem se esforçado desde sempre para alimentar uma amizade tão verdadeira.

Aos meus familiares paternos e maternos pelos sentimentos e lembranças neste ciclo contínuo e evolutivo da vida.

A minha esposa, companheira, amiga, Márcia, por acreditar sempre e me incentivar nos momentos mais difíceis a realizar esta missão!

SUMÁRIO

| | |
|---|----|
| AGRADECIMENTOS | v |
| LISTA DE FIGURAS | 3 |
| LISTA DE QUADROS | 4 |
| LISTA DE ABREVIACÕES..... | 5 |
| RESUMO..... | 6 |
| ABSTRACT | 7 |
| 1. INTRODUÇÃO | 8 |
| 2. REVISÃO DA LITERATURA..... | 14 |
| 2.1 Áreas naturais protegidas..... | 14 |
| 2.2 O Uso Público nos Parques | 17 |
| 2.3 Parcerias para a Visitação nos Parques..... | 20 |
| 3. METODOLOGIA | 26 |
| 3.1 Coleta dos dados | 26 |
| 3.2 Análise dos dados..... | 29 |
| 4. O PARQUE ESTADUAL DA SERRA DO PAPAGAIO É ABERTO A VISITAÇÃO?..... | 30 |
| 4.1 Histórico da Serra do Papagaio | 30 |
| 4.2 Caracterização do Parque Estadual da Serra do Papagaio e entorno..... | 30 |
| 4.3 O Programa de Visitação do Parque Estadual da Serra do Papagaio..... | 34 |
| 5. RESULTADOS E DISCUSSÃO | 39 |
| 5.1 Desafios e oportunidades para implantação da visitação no PESP..... | 39 |
| 5.2 Recomendações para estabelecimento de parcerias por atividades | 42 |
| 6. CONCLUSÃO | 45 |
| 7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS | 48 |
| APÊNDICE 1 | 53 |
| ROTEIRO DE ENTREVISTA APLICADO JUNTO AOS SERVIDORES QUE TRABALHAM NO PARQUE ESTADUAL DA SERRA DO PAPAGAIO | 53 |
| APÊNDICE 2..... | 54 |
| ROTEIRO DE ENTREVISTA APLICADO JUNTO AOS MEMBROS DO CONSELHO CONSULTIVO DO PARQUE ESTADUAL DA SERRA DO PAPAGAIO..... | 54 |
| ROTEIRO DE ENTREVISTA APLICADO JUNTO AOS CONDUTORES DE ATIVIDADES DE VISITAÇÃO QUE ACONTECEM NO PARQUE ESTADUAL DA SERRA DO PAPAGAIO E ENTORNO..... | 55 |
| APÊNDICE 4..... | 56 |

| | |
|---|----|
| ROTEIRO DE ENTREVISTA APLICADO JUNTO AGENTES MUNICIPAIS DE TURISMO DAS CIDADES ABRANGIDAS PELA ÁREA DO PARQUE ESTADUAL DA SERRA DO PAPAGAIO | 56 |
| ANEXO A | 57 |
| FOTOS DO PARQUE ESTADUAL DA SERRA DO PAPAGAIO..... | 57 |
| ANEXO B | 59 |
| MAPAS DE LOCALIZAÇÃO DO PARQUE ESTADUAL DA SERRA DO PAPAGAIO..... | 59 |
| ANEXO C | 60 |
| TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA PESQUISA NO PARQUE ESTADUAL SERRA DO PAPAGAIO | 60 |

LISTA DE FIGURAS

| | |
|--|----|
| Figura 1 - Parque Estadual da Serra do Papagaio..... | 57 |
| Figura 2 - Parque Estadual da Serra do Papagaio..... | 58 |
| Figura 3 - Mapas de localização do Parque Estadual Serra do Papagaio | 59 |
| Figura 4 - Mapas de localização do Parque Estadual Serra do Papagaio | 59 |

LISTA DE QUADROS

| | |
|---------------------------------------|----|
| Quadro 1 - Atividades atuais | 43 |
| Quadro 2 - Atividades potenciais..... | 44 |

LISTA DE ABREVIACES

| | |
|-------------|--|
| ABETA | Associao Brasileira das Empresas de Turismo de Aventura |
| ALMG | Assembleia Legislativa de Minas Gerais |
| APP | Áreas de Preservao Permanente |
| APASM | Área de Proteo Ambiental Federal da Serra da Mantiqueira |
| ARPA | Programa Áreas Protegidas da Amaznia |
| CADASTUR | Sistema de Cadastro de pessoas físicas e jurídicas do setor do |
| Turismo | |
| CEP | Centro de Ensino Profissionalizante de Caxambu (MG) |
| CDB | Conveno sobre Diversidade Biológica |
| CT Águas | Circuito Turístico das Águas |
| CT TAM | Circuito Turístico Terras Altas da Mantiqueira |
| CPB | Câmaras de Proteo a Biodiversidade |
| CONPESP | Conselho Consultivo do Parque Estadual da Serra do Papagaio |
| COPAM | Conselho Estadual de Política Ambiental |
| FUNBIO | Fundo Brasileiro para a Biodiversidade |
| FEAM | Fundao Estadual de Meio Ambiente |
| FECOMERCIO | Federao do Comércio de Minas Gerais |
| ICMBIO | Instituto Chico Mendes de Conservao da Biodiversidade |
| IPÊ | Instituto de Pesquisas Ecológicas |
| IEF/MG | Instituto Estadual de Florestas de Minas Gerais |
| INEA/RJ | Instituto Estadual do Ambiente do Rio de Janeiro |
| MTUR | Ministério do Turismo |
| MMA | Ministério do Meio Ambiente |
| OMT | Organizao Mundial do Turismo |
| OMT/MG | Observatório Mineiro do Turismo |
| ONU | Organizao das Naes Unidas |
| OSCIP | Organizaes da Sociedade Civil de Interesse Público |
| PESB | Parque Estadual da Serra do Brigadeiro |
| PESP | Parque Estadual da Serra do Papagaio |
| PNUD | Programa das Naes Unidas para o Desenvolvimento |
| RBMA | Reserva da Biosfera da Mata Atlântica |
| RPPN | Reserva Particular do Patrimnio Natural |
| SISNAMA | Sistema Nacional do Meio Ambiente |
| SEMAD | Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento |
| Sustentável | |
| SEMEIA | Instituto Semeia |
| SENAC | Servio Nacional de Aprendizagem Comercial |
| SENAR | Servio Nacional de Aprendizagem Rural |
| SNUC | Sistema Nacional de Unidades de Conservao |
| SETUR/MG | Secretaria de Estado do Turismo de Minas Gerais |
| TBC | Turismo de Base Comunitária |
| UC | Unidades de Conservao |
| UICN | União Internacional para a Conservao da Natureza |

RESUMO

Resumo do Trabalho Final apresentado ao Programa de Mestrado Profissional em Conservação da Biodiversidade e Desenvolvimento Sustentável como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre.

PROGRAMA DE VISITAÇÃO DO PARQUE ESTADUAL DA SERRA DO PAPAGAIO (MG): DESAFIOS E OPORTUNIDADES PARA O ESTABELECIMENTO DE PARCERIAS

Por

GUSTAVO DE PAIVA RESENDE TOLEDO

Fevereiro, 2018.

Orientador: Prof. Dr. Claudio B. Valladares Padua

Esta pesquisa foi desenvolvida no Parque Estadual da Serra do Papagaio com o objetivo de propor arranjos de parcerias para o programa de visitação que até o momento não foi implantado oficialmente nesta unidade de conservação de proteção integral, localizada no sul do estado de Minas Gerais. Como fundamentação teórica para embasar esta pesquisa foram abordados os seguintes tópicos: áreas protegidas; uso público em parques; e, parcerias para a visitação em parques. Através de uma pesquisa qualitativa complementada por experiências e vivências do pesquisador na região, foi realizada uma revisão do atual plano de uso público do parque, entrevistas em grupo com interlocutores ligados à visitação do Parque, como também a participação em eventos promovidos pelo órgão gestor da unidade e entidades parceiras. Com base nos dados coletados foram analisados e discutidos os seguintes resultados: os desafios e oportunidades para a implantação da visitação; e as recomendações para o estabelecimento de parcerias por atividades e serviços a serem ofertados no Parque e seu entorno. Tais recomendações visam contribuir de fato na implantação ordenada e controlada da visitação no Parque Estadual da Serra do Papagaio. Com os resultados desta pesquisa fica evidente o potencial que o entorno do Parque possui para o desenvolvimento de roteiros de turismo de base comunitária, integrando os atrativos e produtos que já são oferecidos aos visitantes, porém de forma pontual em cada localidade. Neste sentido, há necessidade de incentivar o associativismo entre os guias e os condutores ainda não credenciados no Parque, como também o fortalecimento do empreendedorismo comunitário. Conclui-se que o Instituto Estadual de Florestas de Minas Gerais deve buscar proporcionar e estabelecer um arranjo de parcerias prioritariamente em curto e médio prazo numa escala local junto ao micro e pequenos empreendedores como também com as associações e cooperativas na condição que tenham a capacidade de oferecer serviços básicos de hospedagem, alimentação e de transporte para os visitantes do Parque proporcionando a conservação da biodiversidade e valorização da cultura local.

ABSTRACT

Abstract do Trabalho Final apresentado ao Programa de Mestrado Profissional em Conservação da Biodiversidade e Desenvolvimento Sustentável como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre

PROGRAMA DE VISITAÇÃO DO PARQUE ESTADUAL DA SERRA DO PAPAGAIO (MG): DESAFIOS E OPORTUNIDADES PARA O ESTABELECIMENTO DE PARCERIAS

By

GUSTAVO DE PAIVA RESENDE TOLEDO

February, 2018.

Advisor: Prof. PhD. Claudio Benedito Valladares Padua

This research was developed in the Serra do Papagaio State Park with the purpose of proposing partnership arrangements for the visitation program that has not yet been officially deployed in this protected area located in Southern Minas Gerais State. As a theoretical basis to support this research the following topics were addressed: protected areas; public use in parks; and partnerships for park visitation. Through a qualitative research complemented by personal experiences of the researcher in the region, a review of the current plan of public use of the Park was carried out, interviews with people connected to the Park visitation, as well as participation in events promoted by the managing staff and partner entities. Based on the data collected, the following results were analyzed and discussed: the challenges and opportunities for the implementation of the visitation; and recommendations for the establishment of partnerships for activities and services to be offered in the Park and its surroundings. These recommendations aim to contribute in fact to the orderly and controlled implementation of the visitation in the Serra do Papagaio State Park. With the results of this research it is evident that there is the potential for the Park to development community based tourism itineraries, integrating the attractions and products that are already offered to the visitors, but in a specific way in each locality. In this sense, there is a need to encourage associations between the guides and drivers not yet accredited in the Park, as well as the strengthening of community entrepreneurship. A conclusion is that the State Forestry Institute of Minas Gerais should seek to provide and establish an arrangement of priority partnerships in the short and medium terms on a local scale with micro and small entrepreneurs, as well as with associations and cooperatives, as long as they have the capacity to offer basic lodging, meals and transportation services for the visitors of the Park, providing they seek the conservation of biodiversity and appreciation of the local culture.

1. INTRODUÇÃO

Os Parques, além de serem criados para conservar a biodiversidade e os recursos hídricos de uma determinada região, cumprem a importante função de proporcionar as pessoas a possibilidade de visitarem ambientes únicos de rara beleza cênica, como também a oportunidade de interagirem com o modo de vida das comunidades locais que habitam o entorno destas áreas protegidas.

O Ministério do Turismo (MTUR) divulgou em 2017 que, em virtude de uma rica biodiversidade, reservas de água doce, litoral extenso e florestas preservadas, o Brasil é apontado pelo Fórum Econômico Mundial como número um em recursos naturais para o turismo, entre os 136 países analisados. De acordo com o MTUR, as belezas naturais, associadas ao lazer, atraem tanto turistas estrangeiros como brasileiros interessados em conhecer cada vez mais o Brasil. O tema é tão importante que 2017 foi eleito pela Organização Mundial do Turismo (OMT) como Ano Internacional do Turismo Sustentável para o Desenvolvimento. Silva (2013) acrescenta que de acordo com dados da OMT, em média 10% dos turistas de todo o mundo têm no contato com a natureza sua principal motivação para a realização de suas viagens. Além disso, a CDB (2015) confirma que em termos de volume de turismo, de acordo com a OMT, as viagens com destino a países em desenvolvimento cresceram duas vezes mais rápido do que aquelas para países desenvolvidos, uma tendência que deve continuar. As viagens entre países em desenvolvimento, aproximadamente 47% do volume total em 2011, devem crescer para 60% em 2030.

No Brasil, um país considerado em desenvolvimento, esta demanda por destinos em contato com a natureza, seja no litoral ou no interior, vem crescendo anualmente e só reforça a responsabilidade por parte dos governantes em parceria com as empresas e entidades do terceiro setor de formularem instrumentos e implementarem estratégias que garantam a proteção ambiental e o uso responsável do imenso patrimônio natural e cultural existente no país. No âmbito governamental, sob coordenação do Ministério do Meio Ambiente (MMA), diversas estratégias para a conservação da natureza têm sido executadas nas últimas décadas de acordo com as metas que vêm sendo acordadas pelo país em convenções internacionais. Tais estratégias estão ligadas, por exemplo, a ações relacionadas às mudanças

climáticas, às cidades sustentáveis, às espécies de fauna ameaçadas e às unidades de conservação (UC).

Segundo Medeiros (2006), a criação de UC é uma das principais estratégias para assegurar a conservação da biodiversidade e manutenção dos recursos naturais por meio da intervenção no planejamento territorial, já que estabelece limites na dinâmica de uso e ocupação do solo específicos para resguardar ecossistemas e espécies. Lembra-se que as UC em âmbito federal são geridas pelo Instituto Chico Mendes de Conservação (ICMBIO), autarquia criada no ano de 2007, que está ligada ao MMA e integra o Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA). Tais unidades devem cobrir a maior representatividade possível dos biomas brasileiros que, de acordo com as Metas de Aichi, propõem que até 2020, pelo menos 17% de áreas terrestres e de águas continentais e 10% áreas marinhas e costeiras estejam protegidas no país. O bioma da Mata Atlântica é o que abrange o maior número de UCs no território nacional. Porém, somente 10% deste bioma está protegido através das UCs. Neste contexto, Pellin et al. (2014) acrescenta que a criação de áreas protegidas também proporciona oportunidades de uso que podem ampliar a conexão da sociedade com a natureza. Com isso, elas se tornam excelentes instrumentos de sensibilização e engajamento de aliados para a conservação da Mata Atlântica.

Num estudo recente coordenado pelo ICMBIO em parceria com o IPÊ - Instituto de Pesquisas Ecológica, que buscou demonstrar as contribuições do turismo em UC para a economia brasileira, estima-se que a visitação nestas estabeleceu um novo patamar em 2015, com mais de 8 milhões de visitas, um aumento de 9,6% (765 mil visitas) em relação ao recorde anterior de 7,3 milhões, em 2014 (SOUZA et al., 2017). Tal estudo deixa em evidência que os Parques no Brasil não são importantes apenas para a conservação da biodiversidade, mas também como vetores para o desenvolvimento sustentável gerando emprego e conectando os visitantes aos patrimônios natural e cultural locais.

Zeller (2002) cita Dourojeanni (2001) e Pádua (2001), quando defende que apesar dos parques brasileiros serem, entre os variados tipos de unidades de conservação, áreas com muitas possibilidades e atrativos para haver procura turística, muitos deles ainda não estão oficialmente disponíveis ao público. No entanto, mesmo nos parques “abertos” ao público, frequentemente a infraestrutura não é adequada e a

experiência dos visitantes deixa a desejar. Isso mostra a disparidade de realidade entre o que se propõe em alguns planos de manejo e o que de fato é necessário na prática, de acordo com cada realidade de gestão nos Parques. Os argumentos para se fazer parcerias associados à questão financeira, de falta de pessoal, de ineficiência do Estado são limitados e assim fragilizam ainda mais a esfera pública e tendem a gerar uma situação de dependência. Dessa maneira é necessário construir e fortalecer outros argumentos em prol de parcerias para apoiar o alcance dos objetivos institucionais da esfera pública e para fortalecer o contexto democrático, como um caminho para aproximar a sociedade em atividades para apoiar a gestão.

Neste contexto, Botelho e Rodrigues (2016) afirmam que o fortalecimento dos arranjos que consolidem micro e pequenos empreendimentos liderados por iniciativas locais, na perspectiva do turismo de base comunitária é um campo fértil para o debate sobre uma nova forma de organização na prestação de serviços turísticos em parques nacionais e em suas respectivas áreas de influência. O turismo necessita de uma rede de serviços para se desenvolver. Quanto mais estes serviços forem prestados dentro de uma comunidade, mais ela tem a ganhar (FUNDAÇÃO MATUTU, 2011).

Outro ensinamento de Botelho e Rodrigues (2016, p.286) é que a exploração de bens e serviços por terceiros justifica-se também pela constatação de que a administração pública enfrenta problemas estruturais em relação à sua atividade-fim (manejo e proteção da biodiversidade) e encontra desafios ainda maiores para a gestão de atividades-meio, como a visitação.

O envolvimento pessoal e profissional do pesquisador com o tema do turismo em áreas protegidas desde a sua formação universitária, aliado ao fato de sua origem familiar estar ligada à região do sul de Minas Gerais, fez com que o Parque Estadual da Serra do Papagaio (PESP) fosse escolhido como objeto de estudo para o desenvolvimento desta dissertação de mestrado. Uma justificativa é que dentre as cinco unidades de conservação administradas pelo Instituto Estadual de Florestas de Minas Gerais (IEF-MG) na região sul do estado, o PESP é considerado pelo próprio órgão como a de maiores desafios para a implantação de um programa sustentável de visitação.

Nesta perspectiva o objetivo desta pesquisa é contribuir na melhoria da gestão do uso público no PESP, acreditando que um dos caminhos seja através do estabelecimento de parcerias entre o ente público e o privado.

O PESP foi criado em 1998 com uma área de aproximadamente 23 mil hectares, abrangendo os municípios de Aiuruoca, Alagoa, Baependi, Itamonte e Pouso Alto. A UC é considerada atualmente pelos sites especializados como um dos principais destinos na região da Serra da Mantiqueira, sudeste do Brasil, para os adeptos que buscam a prática de atividades como a escalada, o ciclismo e as travessias. Atividades potenciais com destaque são o canionismo, o voo livre e a observação de aves.

Entretanto, até o momento, dentro dos limites do PESP, ainda não estão disponibilizados estruturas físicas e serviços apropriados para receber tais visitantes que acessam de forma desordenada e sem controle as trilhas e os atrativos existentes na UC. Outro fator complicador no quesito do planejamento é que não existem dados oficiais do IEF-MG quanto ao perfil e o fluxo de visitantes do PESP. De acordo com o estudo desenvolvido pelo Semeia (2017), embora os desafios enfrentados não sejam exclusivamente financeiros, é a escassez de recursos um dos principais problemas para a implementação de infraestrutura, aquisição de equipamentos, alocação de pessoal em número e qualificação adequados e, até mesmo, para arcar com os custos básicos de manutenção das unidades.

As 22 comunidades (bairros) rurais distribuídas pelos os 05 municípios no entorno do PESP possuem potencial para o desenvolvimento do turismo de base comunitária com possibilidades de oferecer aos visitantes a experimentação dos saberes e fazeres advindos da produção agrícola familiar com destaque para o leite, o queijo parmesão, a truta, o azeite, além de artesanatos (lã, bambu, madeira, palha e taboa). É também nestas comunidades e cidades mais próximas da sede do PESP, como Aiuruoca, Alagoa e Baependi, que os visitantes utilizam dos serviços de apoio à hospedagem, à alimentação e aos guias que até então não estão credenciados junto ao IEF-MG.

Recentemente, no ano de 2016, o PESP teve seu Programa de Visitação - documento parte do Plano de Manejo - revisado por uma equipe do IEF-MG, contendo um diagnóstico e diversas recomenda es para implementa o de trilhas

prioritárias e estruturas de apoio de acordo com o grau de visitação nos principais atrativos da unidade. Para a Gerência de Unidades de Conservação do IEF-MG, sediada na cidade de Belo Horizonte, recomenda-se reconhecer e gerir a visitação consolidada nas UCs estaduais, independentemente do nível de implantação das estruturas e, assim, buscar formas de ampliar o ordenamento do uso público visando a minimizar os impactos negativos e maximizar os impactos positivos decorrentes da visitação.

É no contexto desta recomendação do IEF-MG que a presente pesquisa pretende avançar, buscando compreender se é possível sugerir arranjos de parceria que de fato possam contribuir para a recepção, o ordenamento e o controle da visitação no PESP, valorizando as atividades e os serviços de base comunitária no seu entorno. Afinal, o PESP está aberto ou não para a visitação? O que significa, para o IEF-MG, o Parque estar aberto ou fechado?

Para elucidar tal questionamento parte-se da hipótese que a criação de regulamentos específicos por atividades e serviços é essencial para a implantação da visitação ordenada no PESP.

Este trabalho é norteado por um referencial teórico que nos primeiros capítulos trata sobre os temas das áreas protegidas, do uso público em parques e das possibilidades de parceria para a gestão da visitação nesta categoria de UC com ênfase nos arranjos de base comunitária. No terceiro capítulo apresenta-se o referencial metodológico onde que para a coleta dos dados junto aos interlocutores ligados à visitação no PESP, o pesquisador utiliza das visitas em campo e dos recursos virtuais para realizar entrevistas em grupo e observação in loco. Também utilizou-se de bibliografia e de conhecimento da região por experiência e vivências. Apresenta-se no quarto capítulo o estado da arte do PESP, seu entorno e em específico seu Programa de Manejo da Visitação (Uso Público). No quinto capítulo apresenta a análise e discussão dos resultados observados sobre os desafios e as oportunidades para a visitação no PESP, acrescido de uma matriz com arranjos de parceria por atividade e serviços que possam subsidiar o IEF-MG a tomar decisões sobre futuras delegações de serviços no Parque Estadual da Serra do Papagaio, e adotar medidas em curto prazo que possam oferecer tanto condições para uma melhor experiência do visitante na unidade, quanto oportunidades reais de emprego

e renda para as comunidades locais do entorno. No sexto capítulo, é feita a conclusão com uma reflexão sobre o desenvolvimento desta pesquisa, contendo recomendações gerais sobre os avanços necessários para a implantação do Programa de Visitação no PESP.

2. REVISÃO DA LITERATURA

2.1 Áreas naturais protegidas

As civilizações ao longo da história da humanidade desenvolveram medidas de proteção perante o uso dos recursos naturais de acordo com seus interesses culturais, religiosos, sociais e econômicos. Algumas destas iniciativas aconteceram, como por exemplo na Grécia antiga, quando o filósofo Platão defendia o “reflorestamento” das colinas de Ática como forma de melhorar a vazão e a qualidade da águas dos rios. Na Índia, o ex-guerreiro e mais tarde líder espiritual Ashoka abençoava territórios naturais declarando-os santificados e proibindo seu uso e destruição. Na Europa medieval, os nobres estabeleceram suas reservas de caça e na Suíça, ainda antes de 1500, uma primeira área teve sua floresta declarada protegida pela comunidade e o acesso à coletividade franqueado. Posteriormente, no século dezoito, foram levadas a cabo na Polônia iniciativas consistentes de proteção do cavalo selvagem e do bisão europeu, possivelmente graças a tais iniciativas, sobreviveram em estado selvagem até fins do século dezenove, início do século vinte. No Brasil Imperial, Dom Pedro II visualizando a necessidade de proteger os mananciais de água na cidade do Rio de Janeiro, coordenou um projeto de reflorestamento resultando no que é hoje o Parque Nacional da Tijuca, fragmento importantíssimo para a provisão de diversos serviços ecossistêmicos, incluso as oportunidades recreativas para a população carioca. (MILANO, 2008).

Após a revolução industrial, em virtude de um crescimento econômico a custas do uso desenfreado e irresponsável dos recursos naturais, se iniciou um movimento mundial onde ambientalistas sinalizaram a necessidade de criar mecanismos para fins de proteção da natureza. Segundo Pádua e Maretti (2012), a estratégia de manter áreas verdes sobre um regime especial de proteção já existe no mundo há mais de 500 anos por razões variadas. Mas, em sua versão moderna onde são chamados de parques, reservas ou unidades de conservação, seu marco histórico se deu na criação do Parque Nacional de Yellowstone, no Estado de Wyoming (EUA) em 1872. Naquela mesma época tal iniciativa se tornou referência mundial, levando outros países a também iniciarem o processo de proteção de ambientes naturais como o Canadá, a Nova Zelândia, a Austrália, a África do Sul e o México. Já no início do século vinte, países europeus como a Suíça e a Suécia e os latinos

americanos como a Argentina, o Chile e o Equador preservaram em lei suas primeiras reservas.

Segundo Milano (2008), no Brasil, apesar de algumas proposições coordenadas pelo político André Rebouças, registra-se que o primeiro Parque Nacional criado oficialmente foi o de Itatiaia no ano de 1937, localizado nos limites dos estados de Minas Gerais e do Rio de Janeiro. Já em 1939 foi a vez da criação do Parque Nacional do Iguaçu na divisa com a Argentina, apesar que a mesma reserva já tinha recebido pelo governo estadual do Paraná o título de Parque Estadual no ano de 1916. O autor acrescenta que naquela época iniciativas nacionais para a proteção das águas tiveram destaque no ano de 1934, com a aprovação do primeiro Código Florestal que também fazia referência à proteção das florestas brasileiras.

Pouco se fala na literatura, mas de acordo com Pádua (2011), o Brasil detinha desde o ano de 1979, um Plano para implantação de Sistema Nacional de Unidades de Conservação. O plano continha objetivos específicos necessários à conservação da natureza no Brasil e propunha novas categorias de manejo dos recursos naturais, que não eram previstas na legislação da época como o Código Florestal Brasileiro, de 1965 e a Lei de Proteção à Fauna, de 1967. Devemos lembrar que no ano de 1979 foi decretado em âmbito federal o Regulamento dos Parques Nacionais. Segundo Carvalho (2014), apenas a criação de UCs por decreto não garantiu que os recursos naturais fossem efetivamente protegidos, o que mostrou necessidade da implantação de diferentes formas de manejo e gestão para estas áreas protegidas.

Neste sentido, com o objetivo de regulamentar o artigo nº 225 da Constituição Federal Brasileira promulgada em 1988, através da lei nº 9.985 de 18 de julho de 2000, foi instituído o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), que estabeleceu critérios e normas para a criação, implantação e gestão das unidades de conservação. O conceito de UC previsto no artigo nº 2 do SNUC entende-se como espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção. As UCs foram divididas em dois grupos, as de Proteção Integral, que admitem apenas o uso indireto dos seus recursos naturais; e as de Uso Sustentável, que admitem com

cautela o uso direto dos seus recursos naturais. Estes dois grupos são compostos por 12 categorias de proteção. Esta diversidade de categorias de UCs no Brasil frequentemente tem gerado reflexões sobre a real necessidade da existência de algumas delas, como a Reserva de Fauna, que até os dias de hoje não teve nenhuma criação no país. Também se fala das possibilidades de unificação de algumas categorias como a Estação Ecológica e a Reserva Biológica. Ao passo que as Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPN), provavelmente num futuro próximo, devem ser reconhecidas pelo SNUC no grupo de proteção integral, em virtude de uma anomalia jurídica no ato da sanção presidencial. Lembrando que vários estados brasileiros, a exemplo o Rio de Janeiro, já regulamentaram a categoria da RPPN como UC de proteção integral.

A União Internacional para a Conservação da Natureza (UICN), uma organização não governamental fundada em 1948 considerada referência global na proteção dos recursos naturais, conceitua as áreas protegidas como um espaço geográfico claramente definido, reconhecido, dedicado e gerido, através de meios legais ou outros igualmente eficazes, com o objetivo de garantir a conservação a longo prazo da natureza, juntamente com os serviços ecossistêmicos e os valores culturais associados. Para tal, a entidade adota e orienta seus membros a seguirem ou adaptarem seus sistemas nacionais de unidades de conservação com 06 tipos de categoria: reserva natural; parque nacional; monumento natural; área de manejo de espécie ou habitat; paisagem protegida; e, área de manejo de recursos.

Dentre as categorias citadas acima a presente pesquisa destaca sobre os Parques que, de acordo com o artigo nº11 do SNUC (2000), seu objetivo básico é a preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, possibilitando a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico.

Numa pesquisa atualizada junto ao Cadastro Nacional de Unidades de Conservação (2017) referente a categoria Parque consta-se a existência de um total de 417 unidades considerando as esferas federal, estaduais e municipais. Sendo que deste montante 73 UCs são Parques Nacionais. Em Minas Gerais existem 36 UCs que são Parques Estaduais. Por sua vez, o Cadastro Estadual de UC em Minas Gerais

(2017) afirma existir 39 Parques Estaduais. No sul de Minas Gerais, o IEF-MG administra 03 Parques Estaduais: Nova Baden, Serra da Boa Esperança e o da Serra do Papagaio, este último objeto desta dissertação de mestrado.

2.2 O Uso Público nos Parques

O direito ao lazer é assegurado a todos os cidadãos brasileiros na Constituição da República Federativa do Brasil em seu artigo 6º (1988), o que estabelece ao Estado uma ordem para que possa proporcionar a todos a satisfação deste direito. Os Parques em diversas partes do mundo já são espaços amplamente valorizados e usufruídos para a prática do lazer em suas diversas formas e possibilidades. Todavia, no Brasil tanto os parques naturais quanto os parques urbanos ainda necessitam de mais divulgação, utilização e engajamento das pessoas para a causa da conservação da natureza. Para fins de ilustração no site do ICMBIO está disponível um link para “unidades abertas à visitação” somando 35 parques num total de 73 parques geridos pela autarquia, dentre eles o da Chapada Diamantina. Entretanto o ICMBIO deveria explicar o que significa um parque estar oficialmente aberto à visitação e assim atender melhor as expectativas da sociedade como opções de serviços e estruturas disponíveis.

Como descrito por Takahashi (2004) a visitação em áreas naturais, motivada pelo desejo de estar em contato com a natureza, é uma prática antiga. Desde o final da Segunda Guerra Mundial, com o desenvolvimento do automóvel, melhoria das estradas e no padrão de vida, maior disponibilidade de tempo, melhoria dos sistemas de comunicação e também o crescimento da população, a recreação nessas áreas tem aumentado surpreendentemente.

Como descrito por SMA/SP (2013), alguns fatos notórios podem ilustrar acontecimentos na história recente do turismo no Brasil. Na instância do governo federal, o Ministério do Turismo, criado em 2003, foi consolidado como órgão condutor da Política Nacional de Turismo, legitimado pela Lei Geral do Turismo (aprovada em 2008 e regulamentada em 2010), instituindo definitivamente no país uma Política de Estado. Na esfera do Terceiro Setor, destaca-se a criação em 2004 da Associação Brasileira das Empresas de Turismo de Aventura (ABETA) e do Instituto Semeia em 2008, além da atuação cada vez mais presente do Fundo

Brasileiro para a Biodiversidade (FUNBIO). Já na esfera do setor privado, ressalta-se de maneira geral a expansão e crescimento das agências de ecoturismo, cujas percussoras estão baseadas na cidade de São Paulo mas com franca expansão para diversas partes do Brasil. Em Minas Gerais, a Secretaria de Estado do Turismo (SETUR-MG) já alguns anos desenvolve o Programa Minas Recebe com o intuito de qualificar, credenciar e promover as agências de turismo que atuam nas diversas regiões turísticas no território mineiro.

De acordo com Nelson (2012) a utilização das UCs pelo público é uma maneira de aproximar as pessoas da natureza, enquanto gera renda para sua conservação e para os seus moradores e os do entorno. O autor acrescenta que a visitação contribui com vários objetivos das UCs (recreação, turismo, educação ambiental, pesquisas, entre outros), mas deve ser realizada com planejamento, compilado em um documento: o Plano de Uso Público.

Como descrito por Almeida (2015) que cita ICMBIO (2011), desde a década de 70, diversas iniciativas têm sido empreendidas com o intuito de promover o manejo adequado da visitação nas áreas protegidas espalhadas por todo o planeta. No Brasil, entretanto, o planejamento e desenvolvimento de ações de manejo da visitação ainda acontece de forma incipiente, contrapondo-se ao expressivo incremento de visitantes observado nas unidades de conservação brasileiras.

Na última década, os debates sobre uso público em UC tem avançado, mas ainda é muito pouco perto da importância do tema. Em nível federal o ICMBIO criou uma coordenação que trata exclusivamente de uso público, negócios e parcerias. Neste sentido, normas e diretrizes vêm sendo aperfeiçoados para o ordenamento e controle da visitação nos Parques Nacionais. O ICMBIO, desde a sua criação no ano de 2007, vem estabelecendo normativas legais visando estabelecer regulamentos para visitação nos Parques Nacionais. Neste contexto, cita-se como destaque a Portaria MMA nº 120, de 12 de abril de 2006, que aprova o documento “Diretrizes para Visitação em Unidades de Conservação”. Neste material são sugeridas as seguintes atividades de visitação mais frequentes e demandadas nas UC: caminhada, mergulho, canoagem, rafting, voo livre, canionismo, cachoeirismo, montanhismo, escalada, ciclismo, visita a cavernas, observação embarcada, utilização de animais de montaria e acampamento. Mais adiante serão detalhadas

as atividades atuais e potenciais que são demandadas pelos visitantes no PESP, mesmo que até o momento desta pesquisa não possuem ordenamento e controle por parte do IEF-MG.

O Art. 11 do SNUC (2000) esclarece que a visitação pública nos Parques está sujeita às normas e restrições estabelecidas no Plano de Manejo da unidade, às normas estabelecidas pelo órgão responsável por sua administração, e àquelas previstas em regulamento. A questão sobre a visitação nos Parques difere muito de acordo com cada órgão estatal que administra tais unidades, como por exemplo, não cobrar dos visitantes a taxa de entrada como acontece nos Parques Estaduais do Rio de Janeiro.

No estado de Minas Gerais o IEF é o órgão gestor responsável por administrar as Unidades de Conservação Estaduais e respectivamente os 39 Parque Estaduais existentes, dados fornecidos pelo próprio órgão em 2017. De acordo com o IEF-MG, deste montante somente 11 Parques Estaduais possuem infraestrutura e regulamentos específicos para receber os visitantes, como por exemplo, a oferta de centro de visitantes e a adoção de normas para a prática do turismo de aventura. Segundo a Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – SEMAD (2017), no estado de Minas Gerais, a visitação está sujeita às normas e restrições estabelecidas no Plano de Manejo da unidade, às normas gerais estabelecidas pelo IEF-MG e àquelas previstas em regulamento específico da unidade (portarias). Atualmente, as principais normas que regem sobre a matéria são a Lei Estadual 20.922/2013 (Política Florestal e Proteção a Biodiversidade/Sistema Estadual de UC), a Portaria IEF 119/2017 (Observação de Vida Silvestre), e a Portaria IEF 120/2017 (Normas e Diretrizes para o Uso Público nas UC estaduais).

Apesar de apenas 33% dos Parques Estaduais Mineiros estarem oficialmente abertos à visitação e, portanto, serem divulgadas como áreas propícias para a prática do ecoturismo e segmentos afins no estado, observa-se que os demais parques possuem algum tipo de atividade de uso público como pesquisa e educação ambiental. O IEF-MG (2016) reafirma uma citação de Melo e Cunha e Menezes (2015), quando dizem que o Brasil é um dos países mais atrasados do mundo na implantação do uso público em áreas naturais. Para efeito de ilustração, enquanto o

Brasil possui menos de 500 km de trilhas sinalizadas nos 75 milhões de hectares do seu Sistema Federal de Unidades de Conservação, o Sistema de Florestas Nacionais dos Estados Unidos conta com 225 mil km de trilhas sinalizadas. A Ilha de Dominica, país com 75 mil hectares, possui cerca de 250 km de trilhas sinalizadas. O IEF-MG acrescenta que pode-se dizer que o atraso na implantação do uso público em áreas naturais do Brasil deve-se à tendência progressiva de aplicar normas de manejo pensadas para um modelo excessivamente restritivo de proteção, mais adequado à pesquisa, o que não condiz com os objetivos da categoria Parque estabelecida no SNUC. Dentre os demais Parques que para o IEF-MG não estão abertos aos visitantes em consequência da carência tanto de estruturas de apoio quanto de amparo jurídico específico, se destaca o Parque Estadual da Serra do Papagaio (PESP), localizado no sul de Minas Gerais e que será tratado num capítulo específico mais adiante.

2.3 Parcerias para a Visitação nos Parques

De acordo Araújo, Marques e Bittencourt (2012), um caminho possível de transformação das áreas protegidas é atrair parceiros da iniciativa privada, que tenham uma atuação ética e responsável na sua forma de fazer negócios, musculatura técnica, financeira e conhecimento. Zimmermann (2006) complementa que é preciso que sejam incorporadas estratégias de gestão deste bem público no sentido de: ampliar e democratizar o acesso dos cidadãos; de adotar práticas diversificadas de manejo; de trabalhar em parceria; e de estimular a visitação ordenada de forma comercial e não-comercial.

O governo federal na área da política ambiental tem demonstrado esforços para a realização de ações que valorizem o aprimoramento das boas práticas de gestão do uso público nos Parques Nacionais em parceria, por exemplo, com entidades como o IPÊ - Instituto de Pesquisas Ecológicas, o Instituto Semeia, a Conservação Internacional do Brasil e a Fundação SOS Mata Atlântica. Percebe-se que tem crescido as atenções tanto do setor governamental, do setor empresarial quanto do meio acadêmico referente ao tema das parcerias para a inovação na gestão das áreas protegidas com foco no uso público. Porém, ainda pouco se fala nas possibilidades de formalização de parcerias numa escala local que seja em prol do desenvolvimento do turismo em Parques.

Em diversos países do mundo como Estados Unidos, Inglaterra, Austrália e África do Sul, já é uma realidade há muitos anos a prática de se incentivar nos Parques, modelos em prol do estabelecimento de parcerias entre o setor público e o privado, garantindo uma visitação segura de qualidade e uma sustentabilidade financeira, seja para ações específicas em turismo como também para a própria gestão destas áreas protegidas.

Atualmente no Brasil, os instrumentos jurídicos disponíveis onde o estado delega ao ente privado a oportunidade de fazer uso e explorar o espaço público, podem acontecer tanto via parceria com estruturas de mercado através das modalidades das concessões (não prestacionais, prestacionais, globais e esparsas), das parcerias público privada, das autorizações e permissões, quanto via as estruturas do terceiro setor (associações e fundações), através das modalidades via termo de fomento; termo de colaboração e os acordos de cooperação. Como descrito pelo Secretariado da CDB (2015), as ferramentas que orientam as concessões de serviços turísticos em áreas protegidas foram produzidas pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) para os gestores de áreas protegidas e pelo Grupo Banco Mundial para os profissionais que os assessoram. Em síntese, o Semeia (2015) afirma que os distintos modelos podem ser utilizados pelo Poder Público para a gestão de UCs no País, não havendo uma fórmula universal aplicável a todo e qualquer caso. Na verdade, cada opção apresenta vantagens e desvantagens, e alguns desafios ainda devem ser enfrentados para a adequada utilização de todas elas. As possibilidades precisam ser avaliadas caso a caso, variando-se a escolha da autoridade pública conforme as circunstâncias específicas das respectivas situações.

A CBD (2015) acrescenta que é importante chamar a atenção para as diferentes escalas de impacto e formas de gestão para as partes formais e informais do setor do turismo. Geralmente, atividades de empresas formais, particularmente as maiores, possuem um impacto muito maior sobre o meio ambiente e a biodiversidade, incluindo recursos e infraestrutura para gerar impactos positivos ou negativos sobre o meio ambiente. Já os negócios informais ou as pequenas empresas possuem geralmente impactos menores. Entretanto, seus efeitos cumulativos podem ser significativos, e eles também precisam estar engajados e

representados no setor de turismo e ter seus interesses representados nas políticas de turismo sustentável.

Na opinião de Rodrigues (2009), em relação a possível contribuição do turismo para dinamizar a economia e fortalecer as alternativas de trabalho e renda nos parques nacionais e nas respectivas áreas de influência, toma-se como hipótese que a prestação de serviços pode ser mais diversificada no que diz respeito à contratação de serviços de micro e pequenos portes e de participação de organizações da sociedade civil. A autora acrescenta que com base nesta perspectiva é possível compreender em que medida o turismo nos parques nacionais pode favorecer iniciativas que contribuam para ampliar os efeitos sócio econômicos favoráveis em escala local, a partir de experiências de base comunitária.

Do mesmo modo, o ICMBIO (2016) entende que por meio de uma unidade de conservação bem estruturada é possível induzir o fluxo de visitantes à região onde ela se encontra, beneficiando os municípios localizados no seu entorno e promovendo o envolvimento ativo e socioeconomicamente benéfico às populações locais, seja pelo uso de serviços de hospedagem, alimentação, aquisição de lembranças e artesanatos locais ou até mesmo pela contratação de guias ou condutores de visitantes para a realização de trilhas e atividades desportivas.

Nas últimas décadas, de forma pontual em âmbito federal, vêm sendo firmados contratos entre o ICMBIO e empresas para fins de delegação de serviços públicos na área de visitação de alguns Parques Nacionais como o da Tijuca (RJ), Iguaçu (PR) e Fernando de Noronha (PE). De acordo com o ICMBIO (2017), no ano de 2018 outros Parques como o de Brasília (DF), da Chapada dos Veadeiros (GO) e do Pau Brasil (BA) também irão ser beneficiados com investimentos privados para o aprimoramento dos serviços de prestação a visitação pública.

Em se tratando de modelos de parceria para a conservação da natureza no Brasil, ressalta-se que no artigo 5º inciso IV da lei do SNUC (2000), uma das diretrizes é no sentido que as UCs busquem o apoio e a cooperação de organizações não-governamentais, de organizações privadas e pessoas físicas para o desenvolvimento de estudos, pesquisas científicas, práticas de educação ambiental, atividades de lazer e de turismo ecológico, monitoramento, manutenção e outras atividades de gestão das unidades de conservação. Importante ainda ressaltar que o

Art. 33 do SNUC (2000) estabelece que a exploração comercial de produtos, subprodutos ou serviços obtidos ou desenvolvidos a partir dos recursos naturais, biológicos, cênicos ou culturais, ou da exploração da imagem de unidade de conservação, exceto Área de Proteção Ambiental e Reserva Particular do Patrimônio Natural, dependerá de prévia autorização e sujeitará o explorador a pagamento, conforme disposto em regulamento. As diversas oportunidades para delegação de serviços em uso público é outro ponto importante que vem de encontro com o atual cenário dos Parques no Brasil. Já no decreto federal 4.340 (2002) que regulamenta a lei do SNUC, o seu capítulo VI destaca sobre como se dá a gestão compartilhada das UCs com uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), e o capítulo VII discorre sobre a autorização para exploração de bens e serviços nas UCs.

Para fins de exemplificação de OSCIP que realizam a gestão compartilhada de UC no Brasil, cita-se os casos da Fundação do Homem Americano no Parque Nacional da Serra da Capivara (PI), da Fundação Pro-Natura no Parque Nacional Grande Sertão Veredas (MG/BA), do Instituto Ekos no Parque Nacional Cavernas do Peruaçu (MG) e do IPÊ - Instituto de Pesquisas Ecológicas com a Fundação Moore no Programa de Áreas Protegidas da Amazônia (ARPA).

Acrescenta-se também nesta discussão sobre as oportunidades de se incentivar formas de parceria junto às instituições de ensino técnico e superior, para o aumento da conexão entre a sociedade e as áreas protegidas, valorizando e otimizando as estruturas das UCs, por exemplo, para a realização de cursos de qualificação, apoio a programas de voluntariado, a promoção de eventos sobre pesquisa científica.

Quanto a isso, deve-se observar algumas iniciativas que vêm ganhando destaque recentemente, como o Programa de Voluntariado do ICMBIO, do Instituto Estadual do Ambiente no Rio de Janeiro (INEA-RJ) e da Fundação Florestal em São Paulo (FF-SP). Tais ações vêm de encontro com a necessidade urgente dos Parques em complementar a falta de recursos humanos para atividades essenciais nas unidades, como recepção e condução de visitantes, apoio aos pesquisadores, manejo e sinalização de trilhas e educação ambiental com as escolas do entorno. Outro segmento é o voluntário, que segundo a Fundação Grupo Boticário de Proteção a Natureza (2003), quem a procura como tal é um cidadão consciente e comprometido

com uma causa, sendo motivado pelo, seus valores, dedicando parte do seu tempo, sem remuneração alguma, para a realizações de ações em benefício da conservação da natureza.

Também sob iniciativa do INEA-RJ, temos o exemplo do Programa de Guias e Condutores que foi regulamentando no ano de 2016, e tem como objetivo qualificar e credenciar profissionais para atuarem nos Programas de Uso Público dos Parques Estaduais Fluminenses. É importante frisar que apesar destes colaboradores não serem parte do quadro oficial de funcionários, nada impede que os mesmos possam contribuir como guardiões ambientais e, conseqüentemente, multiplicadores do movimento de adoção nas respectivas UCs de atuação

Num país como Brasil, que possui dimensões geográficas continentais, é de extrema importância que se priorizem políticas públicas governamentais que valorizem o desenvolvimento territorial norteado pelas parcerias regionais e locais, tendo como um dos eixos temáticos o setor do turismo. No estado de Minas Gerais, uma política pública já consolidada é o Programa de Regionalização do Turismo, coordenado pela Secretaria de Estado do Turismo (SETUR-MG), que vem nos últimos anos incentivando o fortalecimento de instâncias de governança descentralizadas do turismo através das Associações dos Circuito Turísticos. Segundo o Riva et al. (2014), diversos outros países do mundo conseguiram transformar os Parques em polos dinamizadores das economias em que estão inseridos, aprimorando, assim, também os incentivos para conservação.

No âmbito dos Parques Estaduais em Minas Gerais existe uma diversificada janela de oportunidades para que tais áreas protegidas possam se tornar de fato o epicentro de desenvolvimento regional em parceria com estes Circuitos Turísticos já estabelecidos. Cita-se como exemplo os Parques da Serra do Brigadeiro na zona da mata, do Rio Preto no vale do Jequitinhonha, e o da Serra do Papagaio no sul de Minas. Entre os anos de 2009 e 2010, o Parque Estadual da Serra do Brigadeiro (PESB), terra dos primatas “muriquis do norte”, recebeu aporte financeiro advindo de um edital patrocinado pelo MTUR para fomento de um projeto de Turismo de Base Comunitária (TBC). Naquela oportunidade 30 famílias residentes no entorno do PESB foram assessoradas por técnicos de uma ONG local durante 18 meses para fins de adequação dos empreendimentos turísticos locais, implantação de

sinalização interna e externa, realização de viagens de intercâmbio, produção de material promocional e criação de roteiros de turismo comunitário que valorizavam o modo de vida baseado em práticas da agricultura família no entorno do Parque.

Do ponto de vista de Botelho e Rodrigues (2016), o fortalecimento das iniciativas de turismo de base comunitária em parques nacionais é um tema relevante no contexto atual das políticas públicas, sobretudo em virtude dos compromissos assumidos na Convenção da Diversidade Biológica e nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Dentro desta perspectiva, o Parque Estadual da Serra do Papagaio, que se assemelha em muito com o PESB em termos de abundância em água, relevo montanhoso e economia baseada na agricultura familiar, se torna ambiente oportuno para o desenvolvimento desta pesquisa que se propõe sinalizar ao IEF-MG e seus parceiros, alternativas de gestão para a implantação do programa de visitação com potencial de estabelecer parcerias com micro e pequenos empreendimentos, como também com as diversas organizações não governamentais (ONG) já atuantes na região. Deve-se lembrar que desde a criação do PESP no ano de 1998 até o desenvolvimento desta pesquisa, muitas ações como elaboração do Plano de Manejo e criação do conselho consultivo da UC, criação de RPPN, fomento a agroecologia e ao comércio justo, combate a incêndios florestais e incentivo ao reflorestamento só foram possíveis serem realizadas nesta UC e entorno em virtude de parcerias estabelecidas entre o IEF-MG e ONGs. Porém, até então o estabelecimento de parcerias em prol da visitação no PESP ainda não avançaram em comparação as demais áreas.

3. METODOLOGIA

3.1 Coleta dos dados

Este trabalho foi desenvolvido através de uma pesquisa de campo complementada pelo uso de bibliografia e de conhecimento da região por experiência e vivências profissionais onde se buscou diagnosticar e validar informações sobre o atual cenário do Programa de Visitação do PESP, tendo como base o que foi proposto no Plano de Manejo da UC, os desafios de gestão que estão sendo enfrentados pelo IEF-MG, como também as oportunidades potenciais para a oferta de atividades e serviços junto aos visitantes.

A atual pesquisa realizada no PESP, de número 084/2016, foi autorizada e prorrogada pela Gerência de Projetos e Pesquisas ligada a Diretoria de Fauna e Flora do IEF-MG. Ficou acordado com o IEF-MG que um dos produtos a serem gerados como resultado desta pesquisa será um artigo a ser publicado na Revista MG Biota, se possível no ano de 2018. O cronograma da pesquisa teve início oficialmente no mês de outubro de 2016, foi interrompida entre os meses de fevereiro a agosto de 2017, em virtude do trancamento do curso de mestrado, sendo reiniciada em setembro de 2017 e finalizada em janeiro de 2018. Após a autorização da pesquisa, primeiramente foi realizada uma extensa revisão de literatura sobre: as áreas naturais protegidas com enfoque nos parques; as boas práticas de gestão da visitação em parques; e os modelos de parceria colaborativas adaptáveis aos parques. Neste levantamento de dados bibliográficos, o pesquisador utilizou documentos técnicos norteadores sobre a temática do uso público em unidades de conservação elaborados por entidades e pesquisadores qualificadas no assunto como o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), o Secretariado da Convenção da Diversidade Biológica (CDB), a Organização Mundial de Turismo (OMT), a União Internacional para a Conservação da Natureza (UICN), o WWF-Brasil, o IPÊ - Instituto de Pesquisas Ecológicas, o Instituto Semeia, o Ministério do Turismo (MTUR), o Ministério do Meio Ambiente (MMA), o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBIO) e o Instituto Estadual de Florestas de Minas Gerais (IEF-MG). Também foram levantados dados secundários sobre o arcabouço legal das normativas que regem sobre o ordenamento do uso público com foco nos Parques, tanto em âmbito federal quanto no âmbito estadual

de Minas Gerais. O pesquisador acompanhou na íntegra de forma virtual as palestras e debates promovidos em diversos fóruns que aconteceram recentemente no Brasil, onde foi abordado o tema de uso público em áreas protegidas. O conteúdo destes fóruns vem de encontro com o objetivo desta pesquisa realizada no PESP. Tais eventos acompanhados pelo pesquisador foram: Parques do Brasil realizado pelo Instituto Semeia no dia 07/11/17 em São Paulo (SP); I Encontro de Áreas Protegidas e Uso Público realizado pelo UNESP nos dias 14 e 15/11/17; e o III Seminários de Boas Práticas na Gestão de Unidades de Conservação realizado pelo ICMBIO/IPÊ entre os dias 27 a 29/11/17. Destaca-se que alguns dos membros do comitê orientador participaram de tais eventos, seja na organização e/ou como palestrantes dos mesmos. Esta interação e envolvimento do grupo que acompanha este estudo com os temas dos eventos citados são considerados pontos cruciais para o desenvolvimento deste estudo. Nesta pesquisa também foram levantados e sistematizados dados primários, através do envio de e-mails, realização de ligações telefônicas, uso de mídias sociais, visitas in loco para fins de observação, conversas informais e realização de entrevistas junto aos servidores, conselheiros e também com os profissionais que apoiam, trabalham ou praticam alguma atividade de uso público no interior e no entorno do PESP, como exemplo o Parque Nacional do Itatiaia. O pesquisador, durante todo o período da sua pesquisa, fez uso constante de e-mail e telefonemas para solicitar documentos e informações sobre o PESP junto a Gerência de UC (Belo Horizonte), a Coordenação Regional Sul de UC (Varginha) e o Escritório de Apoio ao PESP (Caxambu). Foram realizadas 12 visitas agendadas no escritório de apoio do PESP, 03 na sede da UC, 05 nas prefeituras e em empreendimentos turísticos localizados na zona rural dos municípios de Aiuruoca, Alagoa, Baependi, Itamonte e Pouso Alto. Tais visitas tiveram o objetivo de compreender e observar melhor a dinâmica dos trabalhos realizados no cotidiano do PESP e seu entorno. Também foram realizadas entrevistas em grupo, que seguiram um roteiro previamente elaborado (Apêndices 1, 2, 3 e 4), que orientou os questionamentos para cada perfil de interlocutor desta pesquisa. Foram entrevistados todos os servidores do PESP, que compreende: gerente (01); monitores ambientais (02); agentes do parque (08), e brigadistas de incêndio (08). Também foram incluídos nesse estudo os membros do Conselho Consultivo do PESP (12), os Secretários Municipais de Turismo e ou de Meio Ambiente nas

Prefeituras abrangidas pela UC (5), e os profissionais ligados as principais atividades de visitação na unidade (5), que incluem escalada, caminhada/travessia, ciclismo e o canionismo. Tais entrevistas aconteceram também através da participação presencial do pesquisador em eventos promovidos pelo IEF/PESP ou por entidades parceiras. Segue a relação dos eventos: Reuniões do Conselho Consultivo do PESP realizadas nos meses de fevereiro, novembro e dezembro de 2017 (03); reuniões do Conselho Consultivo da Área de Proteção Ambiental Federal da Serra da Mantiqueira (APASM), realizadas nos meses de setembro, novembro e dezembro de 2017(03); e reuniões da Associação dos Guias de Aiuruoca realizadas nos meses de novembro e dezembro de 2017 (02).

As respostas aos questionamentos subsidiaram o registro do ponto de vista destes interlocutores, tendo como foco a discussão sobre as possibilidades de parceria para apoio no ordenamento da rede de trilhas que permite o acesso aos principais atrativos do PESP, utilizando-se de modalidades de esportes de aventura, já amplamente praticados como, por exemplo, a caminhada, a escalada e o ciclismo. Todas as conversas e entrevistas tiveram como documento norteador as recomendações já disponíveis no Plano de Manejo/Uso Público recém revisado no ano de 2016. Registra-se que desde os primeiros contatos até o término das pesquisas, o Parque Estadual da Serra do Papagaio foi gerenciado por três servidores do IEF-MG. Dessa maneira, o pesquisador precisou ter flexibilidade na adaptação ao cronograma previsto para o desenvolvimento do trabalho.

Do ponto de vista de Duarte (2002) a definição do objeto de pesquisa, assim como a opção metodológica, constituem um processo tão importante para o pesquisador quanto o texto que ele elabora ao final. A autora acrescenta que o uso de entrevistas em pesquisas qualitativas é tema recorrente e ainda polêmico nas discussões acadêmicas, pois se trata de um procedimento de coleta de informações que muitas vezes é utilizado de forma menos rigorosa do que seria desejável.

Enfatiza-se que tal pesquisa é requisito para obtenção de título parcial do curso de Mestrado Profissional em Conservação da Biodiversidade e Desenvolvimento Sustentável. Geralmente os participantes deste curso conciliam no seu cotidiano os afazeres profissionais com estudos acadêmicos e muitas vezes aproveitam-se de suas experiências para aprofundarem temas que serão relevantes para o

aperfeiçoamento de suas atividades posteriores. E não foi diferente para o pesquisador desta dissertação, que mesmo tendo sua formação na área do turismo com experiência prática em parques, se viu diante do desafio de conciliar tal curso primeiramente em paralelo com o trabalho no Parque Estadual da Serra da Concórdia, localizado no Vale do Paraíba Fluminense e, posteriormente à frente da Secretaria Municipal de Turismo e Cultura em Caxambu, no Sul de Minas Gerais.

3.2 Análise dos dados

A análise contou com uma abordagem qualitativa complementadas por experiências e vivências na região, fundamentada em dados obtidos das interações coletivas e na coparticipação dos informantes, através da realização de entrevistas por grupos específicos (funcionários do IEF-MG, conselheiros do Parque, governos locais e empreendedores turísticos) e na participação em eventos, no sentido de elucidar as questões intrínsecas a hipótese levantada no presente trabalho. A hipótese entende que a criação de regulamentos específicos por atividades e serviços são essenciais para a implantação da visitação ordenada e responsável no PESP. Para análise das informações fornecidas pelos interlocutores foi utilizado como documento norteador a última versão do Programa de Visitação do Parque, como também dos instrumentos normativos em âmbito federal e estadual que gerem sobre as atividades de uso público nos Parques. Enfatiza-se que o PESP além do Plano de Manejo não possui outros regulamentos específicos que regem sobre a visitação na UC. Esta inexistência de normas específicas por exemplo para o ordenamento dos esportes de aventura deixou em evidência a necessidade de se buscar arranjos de parceria entre o IEF-MG e os atores e entidades interessados.

A partir desta análise serão apresentados nos resultados desta pesquisa um quadro com os desafios, oportunidades e recomendações para o estabelecimento de parcerias no PESP e seu entorno, visando apoiar o IEF-MG no ordenamento e controle da visitação nesta Unidade.

4. O PARQUE ESTADUAL DA SERRA DO PAPAGAIO É ABERTO A VISITAÇÃO?

4.1 Histórico da Serra do Papagaio

Historicamente a região da Serra do Papagaio segundo a Fundação Matautu (2011), era um território indígena, que foi sendo ocupado a aproximadamente 350 anos atrás, inicialmente pelos bandeirantes, em busca de ouro, e, depois, por fazendas de gado. Instalou-se, a partir daí, uma cultura rural fortemente apoiada na produção de alimentos, especialmente leite e queijos artesanais. O autor acrescenta que o Território da Serra do Papagaio atraiu, nos últimos 30 anos, migrantes urbanos que ali fixaram residência em busca de um outro modelo de vida em harmonia com a natureza e de valorização do meio rural. Sendo que estas pessoas trouxeram novas habilidades e revitalizaram a região, trabalhando como artistas, professores, produtores rurais, médicos, técnicos e empreendedores. Neste contexto com o intercâmbio entre os moradores mais antigos com o mais novos se formou um novo perfil do povo da Mantiqueira, que mescla o conhecimento tradicional com os saberes técnicos dos grandes centros.

4.2 Caracterização do Parque Estadual da Serra do Papagaio e entorno

O PESP é uma (UC) estadual de proteção integral gerida pelo (IEF-MG), autarquia ligada a Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável de Minas Gerais (SEMAD). O PESP foi criado no ano de 1998 pelo decreto nº 39.793 e possui uma área de 22.917 hectares abrangendo parte dos municípios de Alagoa, Aiuruoca, Baependi, Itamonte e Pouso Alto, localizados na região sul de Minas Gerais. Segundo dados atualizados do IEF-MG (2017) a UC já possui aproximadamente 40% de terras já regularizadas. No momento existe um projeto de lei em tramitação na Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG) que propõe a redefinição dos limites do PESP com a possibilidade da UC aumentar sua área para aproximadamente 26.000 hectares, com a justificativa de serem inseridos importantes fragmentos florestais e excluídas propriedades com produção agropecuária.

Todos os municípios abrangidos pela UC possuem uma economia fortemente voltada para a produção agropecuária, tendo uma parcela considerável da

população ainda residindo na zona rural, diferentemente da média estadual e nacional. Em Fundação Matutu (2011) que cita o Censo Agropecuário (2006) vamos encontrar o seguinte esclarecimento que a agricultura familiar no estado de Minas Gerais é responsável por 84% da mandioca, 67% do feijão, 59% dos suínos, 52% do leite, 49% do milho, 40% de aves e ovos e 25% do café. Tal estudo acrescenta sobre o número de estabelecimentos da agricultura familiar comparado com total de cada cidade inserida no Território da Serra do Papagaio: 249 em Aiuruoca (66%), 225 em Alagoa (88%), 470 em Baependi (79%), 247 em Itamonte (77%) e 388 em Pouso Alto (83%). Isso reforça que no entorno do PESP existe uma dinâmica econômica fortemente baseada na produção de produtos da agricultura familiar em pequenas propriedades com potencial para serem inseridas na cadeia produtiva do turismo local através do estabelecimento de parcerias.

De acordo com o IEF-MG (2009), embora o Decreto do PESP date de 1998, a área já estava sendo protegida desde 1990, através do Decreto nº 31.368, de 2 de julho de 1990, que criou a Estação Ecológica do Papagaio, sob a jurisdição da Fundação Estadual de Meio Ambiente – FEAM. A FEAM também é uma autarquia ligada a SEMAD-MG. O IEF-MG (2009) explica que a mudança de categoria da Unidade de Estação Ecológica para Parque Estadual ocorreu para conjugar os interesses na conservação da área com os interesses da comunidade local e com o grande potencial turístico da região.

O PESP situa-se na Serra da Mantiqueira, considerada uma das áreas prioritárias para conservação da biodiversidade em Minas Gerais (DRUMMOND et al., 2005). Citada pelo ICMBIO (2015), a Serra da Mantiqueira é uma das maiores e mais importantes cadeias montanhosas do sudeste brasileiro e abrange parte dos estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais. Como caracteriza a Lima, Albuquerque e Dias (2007) o nome indígena Mantiqueira significa “Serra que Chora” e representa como figura de linguagem a profusão de nascentes que abastecem inúmeras bacias hidrográficas importantes para a geração de energia elétrica e abastecimento dos principais centros de desenvolvimento econômico do país nos estados de Minas, São Paulo e Rio de Janeiro.

A altitude média do PESP é de 1.744 metros, com o ponto mais alto no Pico do Garrafão (Santo Agostinho), a 2.359 metros. A UC também apresenta outros cumes

que merecem destaque sendo o Pico da Bandeira (Tamanduá) a 2.250 metros, o Pico do Papagaio a 2.045, e o Pico da Careta (Chapéu) a 2.007 metros. A metade da área do PESP é composta por Áreas de Preservação Permanente (APP), muitas delas acima de 1.800 metros de altitude. Segundo Menezes (2017), o clima predominante é o tropical de altitude mesotérmico, com inverno frio e seco e chuvas elevadas no verão. A precipitação média anual ultrapassa 1.500 mm com 80% da chuva concentrada no período de outubro a março. As temperaturas registradas no inverno variam entre 0°C e 10°C, com ocorrência de temperaturas negativas, geadas e estiagem neste período. O verão é ameno, nos dias mais quentes são registradas temperaturas próximas dos 30° C. Na UC concentram-se as nascentes das sub-bacias dos Rios Verde, Aiuruoca e Baependi, que integram a bacia do Rio Grande, responsável pelo abastecimento de cidades importantes do sul de Minas, como exemplo Varginha, São Lourenço e Lavras.

Descrito pelo IEF-MG (2016), o PESP abriga um importante remanescente de Mata Atlântica do Estado e possui formações mistas de campos, matas e áreas de enclave com florestas de araucária (floresta ombrófila mista), sendo a única UC que protege essa tipologia vegetal no estado de Minas Gerais. Quanto à fauna, o IEF-MG (2017) afirma que Parque é uma importante reserva de diversas espécies de mamíferos, aves e anfíbios, convivendo e se reproduzindo graças à riqueza de ambientes e abrigos existentes. Destacam-se o mono carvoeiro (muriqui), o lobo-guará, o papagaio do peito roxo e a onça parda. No dizer de Menezes (2017), a Serra da Mantiqueira abriga uma fauna típica e diversificada de serpentes, incluindo espécies raras e/ou ameaçadas de extinção. Menezes (2017) cita Campbell e Lamar (2004) quando destaca que a *Bothrops fonsecai* é uma espécie associada a regiões secas da vertente Atlântica com presença de Floresta Ombrófila Mistas dominadas por Araucária e Podocarpus.

Outro ensinamento de Menezes (2017) é que a porção sul do PESP faz divisa com o Parque Nacional do Itatiaia, administrado pelo ICMBIO, formando um importante corredor ecológico que conecta as florestas do estado de Minas Gerais a àquelas presentes na Serra do Mar dos estados do Rio de Janeiro e São Paulo. De acordo com o IEF (2016), esta UC também é contígua ao Parque Estadual da Pedra Selada, gerenciado pelo INEA-RJ. O PESP está totalmente inserido na Área de Proteção Ambiental Federal da Serra da Mantiqueira (APA Mantiqueira) criada no

ano de 1985, com uma área de 434.108 hectares, como também integra Mosaico Mantiqueira criado em 2006, que abrange cerca de 729.138 hectares. O PESP também está inserido na Reserva da Biosfera da Mata Atlântica. Tanto a APA Mantiqueira quanto o Mosaico Mantiqueira são de responsabilidade do ICMBio e integram o Corredor da Biodiversidade da Serra do Mar, onde também estão constituídos o Mosaico Bocaina e o Mosaico Central Fluminense.

Quanto ao seu acesso, o PESP está muito bem localizado através de rodovias (BR 116, BR 381, BR 354, BR 267 e BR 040) entre as capitais de São Paulo (485km), do Rio de Janeiro (348km) e de Belo Horizonte (413km). Os aeroportos regionais mais próximos com voos regulares ficam na cidade de Juiz de Fora e Varginha, ambos no estado de Minas. O terminal rodoviário mais estratégico entre os grandes centros e as cidades próximas ao PESP fica na cidade de Caxambu (MG). Os municípios que fazem parte da área do PESP estão inseridos nos Circuitos Turísticos das Águas (Baependi) e Terras Altas da Mantiqueira (Aiuruoca, Alagoa, Pouso Alto e Itamonte).

Enfatiza-se que o PESP, desde a sua criação, nunca possuiu uma equipe de colaboradores em número suficiente, se comparado à sua importância e relevância dos atributos naturais a serem protegidos numa UC com quase 23 mil hectares de extensão. De acordo com o IEF (2017), atualmente o PESP apresenta a seguinte distribuição de funcionários sendo 1 efetivo, 09 terceirizados e 08 temporários.

Quanto à gestão participativa da UC, como caracteriza o IEF (2017) o Conselho Consultivo do PESP (CONPESP) foi criado no ano de 2006. O CONPESP, de acordo com seu regimento interno, se reúne quatro vezes por ano e atualmente possui a seguinte composição paritária entre o poder público e a sociedade civil organizada (2017): 06 representantes de órgãos municipais ou prefeituras da área de abrangência da UC; 02 representantes de empresas pública ou órgãos da esfera federal ou estadual; 02 representantes de órgãos da segurança pública; 02 representantes do poder legislativo municipal; 02 representantes de instituição de ensino superior ou comunidade científica; 04 representantes de organizações não governamentais; 02 representantes de sindicatos rurais e/ou urbanos; e 04 representantes de associações comunitárias. Na história do CONPESP algumas entidades já desempenharam papel fundamental no apoio a gestão e o manejo do PESP em parceria com o IEF-MG como exemplo cita-se a Fundação

Matutu/Aiuruoca, a Associação dos Moradores e Amigos da comunidade do Matutu/Aiuruoca, a Associação dos Guias de Aiuruoca, a Associação Vale das Montanhas/Baependi, a Associação Nascente Ambiental/Baependi, a Associação Amanhãgua/Baependi e o Instituto Alto Montana da Serra da Fina/Itamonte.

4.3 O Programa de Visitação do Parque Estadual da Serra do Papagaio

A equipe do IEF-MG afirma que o PESP possui um grande número de atrativos e trilhas que são historicamente utilizados por moradores locais e turistas. Mais adiante se poderá compreender que tais informações procedem. Ainda sobre o tema, o IEF-MG (2016) relata que o fluxo de visitantes é significativo, e há diversos guias e empresas de ecoturismo que atuam na área do Parque e seu entorno. Tal afirmação sobre este fluxo turístico e os prestadores de serviço é considerada superficial pois não se encontra no histórico do PESP registro sobre o monitoramento da visitação na unidade com o intuito de compreender o perfil do visitante como também nenhum regulamento específico sobre o credenciamento de profissionais para atuarem na UC.

Nos anos entre 2008 e 2009 foi elaborado pela ONG Valor Natural o Plano de Manejo do PESP, sendo que o documento só veio a ser aprovado no ano de 2012 por deliberação do Conselho Administrativo do IEF. Este documento norteador propõe 09 zonas de manejo para o PESP. De acordo com o objetivo desta pesquisa, cujo enfoque é sobre parcerias para a visitação em Parques, destacam-se as zonas de uso extensivo, de uso intensivo, de uso especial, histórico-cultural e amortecimento. O documento também sugere o desenvolvimento de seis programas de manejo para a UC, com destaque para os programas de visitação, integração com o entorno, operacionalização, e o de negócios.

Recentemente, no ano de 2016, o PESP teve seu Programa de Visitação (Uso Público) revisado e aprovado pela Câmara de Proteção à Biodiversidade/Conselho Estadual de Política Ambiental (CPB/COPAM). O IEF-MG (2016) justifica tal revisão pois quando o Plano de Manejo do PESP foi aprovado no ano de 2012 não se contemplou todas as trilhas e atrativos existentes na UC como também em virtude de uma gestão mais especial para o setor de uso público.

Por outro lado, Zeller (2012) recomenda que o planejamento do uso público em unidades de conservação se concentre em menos áreas de desenvolvimento (como nos locais onde já existe procura) e com um detalhamento técnico mais prático, oferecendo à equipe das unidades propostas ou projetos de execução na conjuntura de cada unidade.

Fato é que foi diagnosticado no ano de 2015, nesta revisão do Plano de Uso Público no PESP, uma rede de 50 trilhas com 260 km, representando 0,89 % da área total da UC, dando acesso a 51 pontos atrativos, entre cachoeiras, mirantes e picos localizados dentro do Parque. Deste montante levantado, 14 trilhas são consideradas prioritárias para o manejo em virtude de um maior grau de uso pelos visitantes com base nas observações feitas em campo pelos guarda-parques da UC. Os setores do PESP mais demandados pelos visitantes estão localizados na região do Pico do Papagaio e do Pico do Garrafão. Além desses atrativos, o Pico da Careta (Morro do Chapéu), o Complexo da Cachoeira do Juju, a Cachoeira do Fundo e a Cachoeira dos Garcias são algumas das áreas visitadas com frequência.

De acordo com os relatos dos interlocutores desta pesquisa, as atividades mais praticadas pelos visitantes no PESP e seu entorno são a caminhada, a escalada e o ciclismo e ultimamente vem ganhando adesão a prática do voo livre, do canionismo e da observação de aves na UC e seu entorno. Segundo o IEF-MG (2016), o uso de cavalos é bastante frequente nas trilhas do Parque. Este meio de locomoção ocorre de forma distinta, abrangendo desde moradores locais que atravessam o Parque entre as comunidades do entorno até cavalgadas histórico-culturais. Sobre a cultura dos tropeiros, a Fundação Matutu (2011) destaca que após desbravarem o território e serem a principal via de comércio dos produtos da região, hoje as tropas atendem outras necessidades, dentre elas levando produtos para os turistas e pousadas locais. Com relação ao uso de motocicletas, é notório o processo erosivo desencadeado em diversos pontos do PESP onde a atividade ocorre com maior frequência, principalmente nos municípios de Itamonte, Alagoa e Baependi. Nota-se que a prática da caminhada e da escalada antecede a criação da Unidade, e apresenta um potencial diferenciado para que o PESP se torne um destino de ecoturismo bem conceituado em âmbito nacional e até mesmo internacional. O IEF (2016) lembra que a escalada é uma atividade que pode ser considerada tradicional no PESP, sendo que as primeiras vias foram conquistadas na década de 1990. Os

grandes paredões de gnaiss são favoráveis ao esporte. Já a prática do canionismo ocorre principalmente nos cânions que já estão estruturados: Cavalo Baio, Garcias, Juju, Índio, Canudo, Santo Agostinho, Três Marias, Papagaio, Macieira, Medroso.

Na visão da gerência da UC, ressalta-se que a promoção ordenada da visitação no PESP inibirá a atuação de infratores como caçadores, incendiários, pescadores, proprietários de gado, motoqueiros, entre outros. E, de acordo com o IEF (2016), uma estratégia para ampliar a conservação da área do PESP é a implantação das trilhas de longo curso, interligando Parque, turistas e comunidades. A propósito, recentemente o ICMBIO vem fomentando diversas ações em prol da criação de um Sistema Nacional de Trilhas, sendo que um dos trechos prioritários no país é a implantação da Trilha Transmantiqueira, que terá em torno de 700km, sendo que deste total, por volta de 100km será dentro do PESP, consolidando a UC como um destino para os adeptos das travessias no sudeste brasileiro. O pesquisador desta dissertação está envolvido na coordenação da implantação desta travessia no setor que abrange o PESP.

Como descrito por IEF (2016), apesar do fluxo de visitantes, do número significativo de guias que atuam na região e da existência de empresas que operam o ecoturismo e turismo de aventura na área do Parque, a infraestrutura de apoio à visitação ainda é inadequada. Apesar do PESP ainda não possuir guias e condutores credenciados via IEF-MG, constatou-se, tanto através de pesquisas bibliográficas quanto via entrevistas, que já há muitos anos estes profissionais autônomos vêm atuando na região com o objetivo de prestar serviços de apoio aos visitantes com foco nas atividades de montanhismo, escalada, travessias e ciclismo. Recentemente, estes atores vem se articulando para resgatar o funcionamento das Associações de Guias na Serra do Papagaio, com destaque para os municípios de Aiuruoca, Baependi e Itamonte.

De acordo com uma das idas a campo, que aconteceram entre os meses de novembro e dezembro de 2017, constata-se que o PESP, em toda a sua extensão, não possui estruturas físicas básicas de apoio ao visitante como portaria, centro de informações, camping e lanchonete, levando o mesmo a utilizar dos equipamentos disponíveis nas comunidades e centros urbanos mais próximos localizados no entorno da Unidade. As estruturas de fato disponíveis dentro do Parque possuem a

funcionalidade estritamente de apoiar a equipe de funcionários e pesquisadores da UC e esporadicamente, quando necessário, também servem de espaço para a brigada de incêndios e para a realização de eventos como a reunião do CONPESP e cursos de capacitação. Na região central do PESP, existe uma sede com centro de pesquisa, escritório, sala de reuniões, alojamentos e refeitório, outras duas casas funcionais com alojamento, um heliporto, uma garagem e um almoxarifado. Próximo da sede existe uma pequena portaria rústica, mas que até então não foi utilizada por falta de pessoal. Dentro da UC também existem duas cabanas que servem de abrigo, tanto para os funcionários e pesquisadores, quanto para os praticantes das travessias e moradores do entorno. Além dessa sede, o PESP possui um escritório de apoio administrativo, que é compartilhado juntamente com o Núcleo de Regularização Ambiental da SEMAD-MG numa casa alugada na cidade de Caxambu. Esta cidade, conhecida por sua diversidade de fontes de águas minerais carbogasosas, possui uma rede hoteleira com cerca de 1000 leitos, que pode servir de base de apoio para os visitantes do PESP em virtude da proximidade com todos os municípios abrangidos pela UC.

Segundo o IEF (2016), os meios de hospedagem mais próximos à sede (rural) do PESP localizam-se: na zona rural de Aiuruoca, região do Matutu, onde existem aproximadamente dez pousadas; na região dos Garcias, onde há duas pousadas; em Alagoa, onde há quatro pousadas; e na região da Vargem Grande, que possui uma pousada. Em Baependi, no Vale do Gamarra, existe uma pousada e duas casas de moradores, dos quais recebem hóspedes. Outras hospedagens são oferecidas mais distantes do PESP, nas sedes dos municípios.

De uma forma geral, visualizando as oportunidades sobre produtos que podem estar associados a potenciais roteiros de turismo de base comunitária no entorno PESP, já existem iniciativas de pequenos empreendedores voltadas para a produção artesanal, com destaque para: os azeites no bairro do Gamarra em Baependi, dos Garcias e Canjica em Aiuruoca; as cervejas, geleias e lã no bairro de Campo Belo e do Campo Redondo em Itamonte; e, o queijo no bairro do Engenho em Alagoa.

Enfatiza-se que o Programa de Visitação que faz parte do Plano de Manejo do PESP contempla também o planejamento para o desenvolvimento de atividades voltadas para a pesquisa científica e a educação ambiental. Segundo informações

do IEF (2017), o PESP desde a sua criação já foi contemplado com aproximadamente 90 pesquisas devidamente autorizadas. Avaliando o perfil das pesquisas já realizadas nota-se que o segmento do turismo de estudos e intercâmbios ainda é pouco explorado pela gerência da UC, em virtude da falta de recursos humanos, recursos financeiros e articulação com entidades parceiras como por exemplo a aproximação junto ao Núcleo de Estudos em Unidade de Conservação da Universidade Federal de Lavras. Quanto às atividades de educação ambiental ou turismo pedagógico, foi observado que a UC vem realizando ações mensalmente prioritariamente junto às escolas localizadas no entorno direto do PESP. Segundo Padua (2005) os programas de educação ambiental bem estruturados devem fazer parte de qualquer visita pública, pois podem disseminar conhecimentos e inspirar a valorização das UCs. É fundamental que as pessoas se sintam parte da natureza, que tenham orgulho das UCs e que as vejam como patrimônio, como algo de valor que lhes pertence. Só assim as pessoas poderão sentir que as UCs são dignas de envolvimento e empenho para sua efetiva proteção.

5. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nesta análise e discussão, os resultados estabelecem as relações entre os dados obtidos, o problema da pesquisa e o embasamento teórico advindo da revisão da literatura. O problema da pesquisa foi compreender se é possível estabelecer arranjos de parceria que de fato possam contribuir para a regulamentação e implantação da visitação de forma ordenada e responsável no PESP. Dessa maneira, os resultados serão analisados e pautados nos seguintes parâmetros: desafios e oportunidades para visitação no PESP; e, recomendações para estabelecimento de parcerias por atividades e serviços.

5.1 Desafios e oportunidades para implantação da visitação no PESP

Com base nos dados coletados a partir das saídas de campo, nas entrevistas em grupo, na participação de eventos e na vivência profissional da região serão apresentados primeiramente os desafios e respectivamente as oportunidades encontradas para a implantação da visitação no PESP. É importante frisar que o pesquisador antes de realizar as entrevistas com os interlocutores das respectivas atividades, desenvolveu uma pesquisa pela internet e nos materiais impressos para identificar e compreender os atores que atuam conduzindo visitantes nos diversos atrativos e entorno do PESP.

A seguir apresentam-se os desafios encontrados:

Regularização Fundiária - Com os dados obtidos referentes ao atual status fundiário, 40% da área total da UC é regularizada, enquanto as demais áreas ainda a em processo de regularização abrangem setores conhecidos como Complexo do Pico do Papagaio e do Pico do Garrafão, onde estão localizados os principais atrativos e as trilhas mais acessadas pelos visitantes. Dessa maneira, é importante que a Gerência de Regularização Fundiária juntamente com a Coordenação Regional de UC do IEF-MG busquem priorizar a regularização de áreas no PESP que estão inseridas na Zona de Uso Extensivo, onde de fato acontece a visitação pública. É extremamente necessário garantir segurança jurídica para todos os atores envolvidos no Programa de Visitação do PESP, seja ao órgão gestor, aos prestadores de serviços quantos aos usuários.

Dotação Orçamentária - De acordo com a entrevista realizada com o atual gerente do PESP e dados coletados da gerência anterior, é notável que a UC carece de fonte orçamentária exclusiva para a gestão do Programa de Visitação, impossibilitando o desenvolvimento de ações essenciais, como, por exemplo, a implantação de sinalização e manejo das trilhas. Ao entrevistar os membros do CONPESP e observando as reuniões deste colegiado, foi possível compreender o potencial de algumas entidades para colaborar na captação de recursos para fins de desenvolvimento de um banco de projetos em prol da melhoria da visitação no PESP. Ao entrevistar os representantes dos 05 governos locais em reuniões do Conselho Municipal do Meio Ambiente e Conselho Municipal do Turismo, ficou sinalizada a possibilidade de se utilizar recursos do ICMS Ecológico, ICMS Turístico e ICMS Cultural para aporte em ações de parceria como apoio na melhoria da sinalização do PESP. Os empreendedores locais possuem interesse em patrocinar ações ligadas ao tema do turismo e educação ambiental.

Recursos Humanos - Analisando o cotidiano de gestão da UC é notável a necessidade de se garantir equipe mínima responsável pelas atividades de visitação através de concurso público, da contratação de terceirizados, da otimização dos brigadistas e condutores, do serviço de voluntariado e de convênio de estágio com universidades. Atualmente o PESP possui 01 agente de parque/monitor ambiental que se dedica oficialmente ao setor do uso público com o apoio dos agentes de parque esporadicamente em virtude do acúmulo de funções como por exemplo a fiscalização da UC. Sugere-se a busca do estabelecimento de parcerias junto as Prefeituras para ceder funcionários em apoio a gestão e manejo do PESP.

Infraestrutura - Percorrendo os principais pontos de visitação da UC, comprova-se que deve-se assegurar a implementação de infraestrutura mínima no interior do Parque para apoio a recepção, atendimento e controle dos visitantes, como:

- Portaria na saída para a sede do PESP (Fazenda Santa Rita) localizada na estrada que liga os municípios de Itamonte e Alagoa, trecho torre de televisão;
- Postos de controle e centro de visitantes nos setores de maior fluxo de visitante como Pico do Pagagaio, Cachoeira dos Garcias em Aiuruoca e Cachoeira do Juju em Baependi;

- Sinalização e trilhas de acesso aos principais atrativos e sede do Parque.

Regulamentos - Observando e entrevistando os profissionais que atuam com os esportes de aventura, percebe-se ser urgente a necessidade do IEF-MG criar regulamentos específicos para fins de ordenamento das atividades no interior do Parque como escaladas, travessias e cavalgadas, assim como para as atividades no entorno que utilizam dos veículos 4x4 e motorizados, buscando minimizar os impactos causados na UC, garantindo a segurança física dos visitantes e jurídica dos empreendedores.

Associativismo - Observando e entrevistando os membros do CONPESP nota-se uma demanda em fortalecer as associações e cooperativas com sede nos municípios do entorno para oferecer serviços de hospedagem, alimentação, transporte e outros produtos condizentes a demanda dos visitantes na região. Tais entidades podem assumir no futuro a delegação destes serviços dentro e entorno do PESP.

A seguir apresenta-se as oportunidades identificadas:

Credenciamento de Guias e Condutores - Ao trocar informações com os diversos interlocutores desta pesquisa, percebe-se que há uma demanda para que o IEF-MG regulamente o credenciamento dos Guias e Condutores que já atuam na região, que deve ocorrer mediante a realização de curso de capacitação na sede do PESP, privilegiando os profissionais que já atuam de forma informal com algum tipo de prestação de serviço junto aos visitantes na própria Unidade. Ao buscar informações junto ao IEF-MG ficou entendido que o órgão não possui programa específico para formação de guias e condutores e sim para guarda-parques (agentes). O PESP pode ser utilizado como unidade piloto pelas suas características favoráveis para tal utilizando como ponto de partida os cursos gratuitos de Turismo Rural ofertados via Senar Minas.

Programa de Voluntariado - Ao entrevistar o gerente da UC e também os colaboradores, ficou claro que será muito bem vindo a regulamentação do serviço de voluntariado com sugestão dessa possibilidade ser ofertada no mínimo durante a alta temporada no Parque, entre os meses de junho a agosto e dezembro a fevereiro, suprimindo a falta de recursos humanos para atividades necessárias na

orientação, acompanhamento e controle dos visitantes. Nesse sentido, o PESP pode ser utilizado como unidade piloto valorizando os estudantes das diversas Universidades e Centro de Ensino Profissionalizante que funcionam na região.

Fortalecimento da Identidade da UC - Dialogando com os agentes de Parque, foi sugerido que se fortaleça a identidade e a razão de existência do Parque perante seus visitantes e moradores do entorno. Como exemplo, dinamizar o uso da página do facebook, elaborar material impresso sobre o Parque e incentivar o uso da imagem da UC nos estabelecimentos turísticos locais como pousadas e restaurantes. Uma boa estratégia é estimular a realização de eventos esportivos e culturais nas comunidades (bairros) do entorno do PESP, como por exemplo, Festivais de Azeite, Pinhão e Queijo.

5.2 Recomendações para estabelecimento de parcerias por atividades

Com base nos dados coletados a partir das saídas de campo, nas entrevistas, na participação de eventos e na vivência profissional da região, é apresentado a seguir um quadro com recomendações para o estabelecimento de parcerias entre o IEF-MG/PESP e as entidades locais e regionais. Esta pesquisa entende que tais parcerias elencadas são essenciais para que cada atividade já praticada ou em potencial utilize dos serviços mínimos necessários para garantir uma visitação ordenada, controlada e responsável no PESP, e ao mesmo tempo valorizar a mão de obra das comunidades no entorno da UC. Enfatiza-se que as recomendações que constam neste quadro podem vir a subsidiar para a SEMAD/IEF-MG a modelagem de futuros processos de concessão, permissão, autorização e outros tipos de parceria não prestacionais para fins de delegação dos serviços de uso público no PESP.

É importante frisar que nesta pesquisa não foi possível obter dados sobre possíveis recomendações ou não de parceria entre o IEF-MG e os atores que praticam as modalidades de jipe e motos, em virtude da dificuldade de contato com os mesmos. Todavia, fica registrado que tais modalidades são impactantes nos ambientes naturais e, de acordo com o Plano de Manejo do PESP, até então, devem ser excluídas do interior da unidade, mesmo sendo praticada há muitos anos na região por moradores e turistas.

A seguir apresenta-se as atividades atuais:

Quadro 1 - Atividades atuais

| Atividades | Serviços | Parcerias |
|--|--|--|
| Escalada/Rapel; Caminhada/Travessia; Ciclismo; e Canionismo. | Transportes/Guia; Camping/Pousadas; Lanches; Assessórios; Seguro; | Associação de Guias de Aiuruoca; Associação de Montanhismo da Mantiqueira; Federação Mineira de Ciclismo; Centro de Excursionismo Mineiro; Associação Mineira de Canionismo. |
| <p><u>Recomendação:</u> Sugere-se que as atividades possuam regulamento específico acordado entre as entidades listadas e o IEF-MG. Estes regulamentos podem ser elaborados e/ou adaptados tendo como base os documentos legais similares já aprovados em âmbito do IEF-MG e também instruídos pelo ICMBIO e ABETA. O Parque Estadual do Sumidouro possui normas para a Escalada. O Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros possui normas para o Canionismo. A Associação Mineira de Canionismo teve autorização do IEF-MG no ano de 2017 para a realização do Encontro Brasileiro no PESP/setor Cachoeira do Juju. A Associação de Montanhismo da Mantiqueira e o Centro de Excursionismo Mineiro são referências na realização das travessias. Sendo a Associação de Guias de Aiuruoca nas caminhadas e escaladas. O PESP está no trecho da Trilha Transmantiqueira, iniciativa do ICMBIO em parceria com o IEF-MG. A Federação Mineira de Ciclismo tem realizado eventos de mountain bike nos Parques Mineiros como de Ibitipoca e do Rola Moça. A contratação dos serviços de condução/transporte, deverá estar incluso lanche, acessórios e seguro individual. Salienta-se que os membros das entidades necessitam de capacitação/credenciamento para de fato estarem aptas a formalizarem algum tipo de parceria junto ao IEF-MG. Para as Agências de Turismo observou-se a obrigatoriedade de efetuarem o cadastro junto ao CADASTUR-MTUR. Para os serviços de alimentação e hospedagem é interessante utilizar os empreendimentos localizados no entorno do Parque que podem ser informados pelas Secretarias Municipais de Turismo e/ou Circuito Turísticos.</p> | | |
| Atividades | Serviços | Parcerias |
| Cavalgada. | Pousadas; Refeições; Assessórios; Seguro. | Clube do Cavalo de Baependi e Cruzília; Prefeituras; Igrejas Católicas do Entorno; Associação dos Moradores; |
| <p><u>Recomendação:</u> É extremamente necessário que se faça uma ação de sensibilização sobre os impactos ambientais junto as entidades listadas que promovem as cavalgadas no interior do PESP. Recomenda-se que as cavalgadas sejam consultadas previamente junto ao IEF-MG e ao CONPESP priorizando as que já acontecem anualmente dentro do calendário regional das festas culturais. Os Clubes de Cavalo vem se destacando na região em virtude da promoção da raça Manga-larga Machador e assim surge uma oportunidade de parceria com o IEF/PESP para apoio de patrocínio nos eventos. Sugere para esta atividade o uso de trilhas comunitárias consolidadas e previstas no Plano de Manejo da UC como a entre Alagoa e Baependi e na estrada parque entre Itamonte e Alagoa. Para os serviços de alimentação e hospedagem é interessante utilizar os empreendimentos</p> | | |

localizados no entorno do Parque valorizando as pequenas pousadas comunitárias que vem se estruturando para o turismo. O Parque Estadual da Serra do Brigadeiro é uma boa referência sobre incentivo controlado a Cavalgada.

| Atividades | Serviços | Parcerias |
|---------------------------------|---------------------------------|--|
| Educação Ambiental e Pesquisas. | Refeições; Assessorios; Seguro. | Prefeituras; IF Sul de Minas; UFLA, UFRRJ, IPÊ; e SENAR/Sindicatos Rurais. |

Recomendação: Para a realização destas atividades se faz necessário adequar a sede do Parque levando em consideração o agendamento prévio e o apoio de voluntários. A hospedagem e alimentação poderão acontecer na sede do Parque, porém o ideal é que a contratação de produtos e mão de obra seja das localidades próximas. Junto as prefeituras é interessante a criação das Salas Verdes via MMA utilizando as escolas na zona rural como ponto de apoio. Visualizando as Universidades e as ONGs tem se a oportunidade do desenvolvimento de estudos e intercâmbios utilizando a sede da UC, como também para a qualificação profissional via Senar Minas e os Sindicatos dos Produtores Rurais. Sugere-se o estabelecimento de um termo de cooperação técnica e/ou instrumento compatível entre o IEF-MG e as entidades citadas.

A seguir apresenta-se as atividades potenciais:

Quadro 2 - Atividades potenciais

| Atividades | Serviços | Parceria |
|--|--|--|
| Observação de Aves; Astronomia; Fotografia na Natureza; Festivais de Música e Gastronomia. | Camping/Pousadas; Lanches; Assessorios; Seguros. | Instituto Alto Montana; CT Aguas e Terras Altas da Mantiqueira; Associação Broto Brasilis/Aiuroca; |

Recomendação: O Instituto Alto Montana que possui uma RPPN no entorno do PESP é uma entidade referência na prática da observação de aves, podendo apoiar o IEF-MG na promoção desta atividade dentro tanto na UC quanto no seu entorno. Está em aberto a possibilidade de se estimular e criar o Clube de Observadores de Aves da Mantiqueira/PESP. Já os Circuitos Turísticos possuem grande potencial para apoiar na difusão de roteiros de astronomia e fotografia tendo como base a hospedagem e alimentação na sede do Parque, porém o ideal é que a contratação de produtos e mão de obra seja das localidades próximas. Recomenda-se através da ONG Broto Brasilis e as Associações de Moradores criar um calendário festivo do Território da Serra do Papagaio, valorizando os eventos onde o turista possa vivenciar o modo de vida tradicional dos moradores do entorno do PESP, com destaque para os produtos artesanais que já são comercializados como o leite, o queijo, o pinhão, o azeite, a geléia e a lã. Cabe às entidades acordarem com o IEF-MG de formatarem roteiros de turismo comunitário que valorizem os saberes e fazeres regionais onde o PESP seja a unidade comum interligando os diversos empreendimentos locais.

6. CONCLUSÃO

Com o desenvolvimento desta pesquisa ficou claro que o Parque Estadual da Serra do Papagaio (PESP), localizado no sul de Minas Gerais, representa uma realidade quanto ao contexto que os Parques no Brasil enfrentam na busca por uma gestão participativa e colaborativa em prol da implantação do Turismo Sustentável. O PESP completa neste ano de 2018, vinte anos de existência, e mesmo já sendo considerado pela mídia um dos destinos de ecoturismo mais atraentes dentro do Território da Mantiqueira, em virtude da sua rica e exuberante natureza, a Unidade por si só, vive um dilema cotidiano pela falta de estruturas mínimas para recepcionar, orientar e controlar seu fluxo de visitantes.

Analisando e visualizando as possibilidades de parcerias numa escala local, os resultados desta pesquisa demonstraram que é essencial o IEF-MG tomar a iniciativa de se fazer a regulamentação desta visita por etapas, tendo como ponto de partida a capacitação e o credenciamento dos guias e condutores que já atuam de forma informal no PESP. Esta será uma ação positiva que vai aproximar tais profissionais junto à cogestão da UC e garantir uma melhor experiência e segurança para os visitantes e o próprio órgão gestor. Em paralelo, estes profissionais demonstram estar dispostos a contribuir com o IEF-MG para a regulamentação específica das atividades no interior do Parque como a escalada, as travessias e o canionismo.

Nas pesquisas de campo, percebe-se o enorme potencial que o PESP possui para o desenvolvimento da prática de observação de aves, utilizando como ponto de apoio a sede da UC, estrutura localizada na região central do território protegido, com bom acesso que oferece estruturas para alimentação e hospedagem. Registra-se que em âmbito estadual já existe uma portaria via IEF-MG normatizando a atividade de observação da vida silvestre nas UC estaduais.

Outro ponto primordial que se mostrou neste estudo é a necessidade de se avançar quanto à regularização fundiária dos setores do PESP onde estão localizados os atrativos mais visitados, visualizando no futuro a delegação de serviços, como exemplo, área de camping, chalés e estacionamento na Fazenda Santa Rita, sede da UC. Em entrevista junto aos governos locais ficou evidente que o PESP ainda

não é considerado pelos gestores públicos como um potencial epicentro para o desenvolvimento territorial, baseado nos negócios sustentáveis em rede.

Numa escala regional constatou-se a oportunidade para que o PESP/IEF-MG participe ativamente das ações das Associações dos Circuitos Turísticos das Águas e das Terras Altas da Mantiqueira com foco inicial no fomento a regularização dos estabelecimentos do entorno da UC que prestam serviços de apoio à hospedagem, alimentação e transporte.

Recomenda-se como pesquisas futuras complementares ao presente estudo as seguintes linhas de ações:

Desenvolver um banco de propostas alinhados aos objetivos do Programa de Visitação do PESP para que possam serem submetidas nos diversos editais de apoio a projetos numa parceria com as Organizações do Terceiro Setor atuantes na região da UC;

Aprimorar o conhecimento empírico sobre o perfil e o fluxo dos visitantes que acessam os principais atrativos da UC, utilizando de plataformas digitais e monitoramento em campo. Solicitar a inclusão do PESP nas pesquisas realizadas pelo Observatório Mineiro do Turismo sob coordenação da Secretaria de Estado do Turismo;

Gerar informações técnicas sobre os impactos causados pelas atividades esportivas na rede de trilhas do PESP, fortalecendo a parceria com as Universidades e os Grupos de Montanhismo;

Criar estratégias de comunicação e marketing para estimular os empreendedores e governos locais a implementarem uma cultura de cooperação e amor em prol da proteção e visitação do PESP e seu entorno;

Elaborar estudos de modelagens técnicas, econômicas e jurídicas para subsidiar o IEF-MG a lançar futuros editais para fins de delegações de serviços de uso público no PESP e seu entorno;

Conclui-se que para o Programa de Visitação no PESP possa ser efetivado em curto e médio prazo, é necessário que tanto o IEF-MG quanto as entidades locais e regionais, reconheçam nos arranjos das parcerias recomendadas, uma oportunidade

para a cogestão responsável e ordenada dos atrativos desta UC, com a possibilidade destes estarem integrados junto aos produtos e serviços do entorno, subsidiando a formatação e promoção dos roteiros turísticos de base comunitária.

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, M. P. Avaliação do manejo da visitação no Parque Nacional do Caparaó. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Viçosa, UFV, Brasil. 2015.

BOTELHO, E. S.; RODRIGUES, C. G. O. Inserção das iniciativas de base comunitária no desenvolvimento do turismo em parques nacionais. Caderno Virtual de Turismo. Rio de Janeiro, v. 16, n. 2, p. 280-295, ago. 2016.

BRASIL. Lei 9985 de 18 de julho de 2000. Regulamenta o art. 225, § 1o, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, jul. 2000.

BRASIL. Lei 9985 de 18 de julho de 2000. Regulamenta o art. 225, § 1o, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, jul. 2000.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. 292 p.

CADASTRO NACIONAL DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO. Ministério do Meio Ambiente. Consulta por UC. 2017. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/areas-protegidas/cadastro-nacional-de-ucs/consulta-por-uc>. Acesso em: 10 dez. 2017.

CARVALHO, V. C. Participação social no planejamento do uso público no parque estadual de Ibitipoca, Minas Gerais. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Lavras – MG. Lavras: UFLA, 2014.

CONVENTION ON BIOLOGICAL DIVERSITY (CBD). Secretariado da Convenção sobre Diversidade Biológica. Turismo favorecendo a Biodiversidade – Um manual para a aplicação das Diretrizes da CDB para a Biodiversidade e o Desenvolvimento do Turismo. Montreal, 2015. 56p.

DRUMMOND, G.M.; MARTINS, C. S.; MACHADO, A.B.M.; SEBAIO, F. A. & ANTONINI, Y. (org.) 2005. Biodiversidade em Minas Gerais: um atlas para sua conservação. Fundação Biodiversitas. 222p.

DUARTE, R. Entrevistas em pesquisas qualitativas. Educar em Revista, núm. 24, 2004, pp. 213-225 Universidade Federal do Paraná Paraná, Brasil.

FUNDAÇÃO GRUPO BOTICÁRIO DE PROTEÇÃO A NATUREZA. Voluntariado em Unidades de Conservação: O Caso da Reserva Natural Salto Morato. Cadernos de Conservação. Curitiba, 2003.

FUNDAÇÃO MATUTU. Programa de Desenvolvimento Sustentável: Cadernos da Serra do Papagaio. Aiuruoca, 2011.

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE (ICMBio). Roteiro Metodológico para Manejo de Impactos da Visitação com Enfoque na Experiência do Visitante e na Proteção dos Recursos Naturais e Culturais. 2011.

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE (ICMBio). Coordenação Geral de Uso Público e Negócios: Cartilha de Prioridades de Execução 2016-2018. Brasília, 2016.

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE (ICMBio). III Seminário de Boas Práticas na Gestão de Unidades de Conservação e I Fórum Internacional de Parcerias na Gestão de Unidades de Conservação. Brasília. 2017.

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE (ICMBio). Unidades abertas à visitação. 2015b. Disponível em: <http://www.icmbio.gov.br/portal/>. Acesso em: 30 jun. 2015.

INSTITUTO ESTADUAL DE FLORESTAS (IEF). Áreas protegidas. Belo Horizonte: IEF, 2017. Disponível em: <<http://www.ief.mg.gov.br/areas-protegidas>>. Acesso em: 05 dez. 2017.

INSTITUTO ESTADUAL DE FLORESTAS (IEF). Áreas protegidas. Belo Horizonte: IEF, 2017. Disponível em: <<http://www.ief.mg.gov.br/areas-protegidas>>. Acesso em: 05 dez. 2017.

INSTITUTO ESTADUAL DE FLORESTAS (IEF). Áreas protegidas. Belo Horizonte: IEF, 2017. Portaria IEF 120/2017 (Normas e Diretrizes para o Uso Público nas UC estaduais). Disponível em: <<http://www.ief.mg.gov.br/areas-protegidas>>. Acesso em: 05 dez. 2017.

INSTITUTO ESTADUAL DE FLORESTAS (IEF). Plano de Manejo do Parque Estadual da Serra do Papagaio. Belo Horizonte: Valor Natural, 2009.

INSTITUTO ESTADUAL DE FLORESTAS (IEF). Revisão do Uso Público do Plano de Manejo do Parque Estadual da Serra do Papagaio, Minas Gerais, Brasil. Belo Horizonte, 2016.

INSTITUTO SEMEIA. O Uso Público e as Parcerias entre os Setores Público e Privado nas Unidades de Conservação. IV ENCONTRO DIÁLOGOS SUSTENTÁVEIS: FINANCIAMENTO PARA A CONSERVAÇÃO. Texto base. Brasília, 21 de setembro de 2017.

LINO, C. F.; ALBUQUERQUE, J. L.; DIAS, H. Mosaicos de unidades de conservação no corredor da Serra do Mar. São Paulo: Conselho Nacional da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, 2007.

PADUA, S. M. Portal O ECO (2005). Artigo: Abrir ou não abrir as reservas? Disponível em: <http://www.oeco.org.br/colunas/suzana-padua/18239-oeco-12709/>

MEDEIROS, R. Evolução das tipologias de áreas protegidas no Brasil. Ambiente & Sociedade, v, 9, n. 1. 2006

MELO A.; MENEZES P. C. 2015. Uso Público em Unidades de Conservação – Inspirando e conectando pessoas, instituições e territórios. In: Uma rede no corredor: memórias da Rede de Gestores das Unidades de Conservação do Corredor Central da Mata Atlântica. Lamas IR, Crepaldi M. O., Mesquita C. A. B. (Orgs.) 2015. Conservação Internacional, Belo Horizonte. Pp 130-153.

MENEZES, F. A. Composição e história natural das serpentes do Parque Estadual Serra do Papagaio, sul de Minas Gerais, Serra da Mantiqueira, Brasil. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Viçosa – Minas Gerais. UFV. 2017.

MILANO, M. Unidades de conservação no Brasil - o desafio de sua efetiva operacionalização. In: CONGRESSO FLORESTAL BRASILEIRO, 1993, Curitiba. Anais. Curitiba: SBS/SBEF, 1993.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE (MMA). Cadastro nacional de unidade de conservação. Brasília: MMA, 2017. Disponível em: <www.mma.gov.br/cadastro_uc>. Acessado 05/12/2017.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE (MMA). Cadastro Nacional de Unidades de Conservação. Consulta por UC. 2017. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/areas-protegidas/cadastro-nacional-de-ucs/consulta-por-uc>. Acesso em: 10 dez. 2017.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE (MMA). Secretaria de Biodiversidade e Florestas. Diretrizes para a visitação em unidades de conservação. Brasília: MMA, 2006. 61p. (Áreas Protegidas do Brasil, 3).

MINISTÉRIO DO TURISMO (MTUR). Turismo de Aventura: orientações básicas. / Ministério do Turismo, Secretaria Nacional de Políticas de Turismo, Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico, Coordenação Geral de Segmentação. Brasília, 2010.

NELSON, S. P. Uso Público nas Unidades de Conservação. In: CASES, Maria Olatz (Org.). Gestão de Unidades de Conservação: compartilhando uma experiência de capacitação. Realização: WWF-Brasil/IPÊ– Instituto de Pesquisas Ecológicas. WWF-Brasil, Brasília, 2012.

PÁDUA, C. V.; MARETTI, C. C. Apresentação In: CASES, M. O. (Org.). Gestão de Unidades de Conservação: compartilhando uma experiência de capacitação. Realização: WWF-Brasil/IPÊ– Instituto de Pesquisas Ecológicas. WWF-Brasil, Brasília, 2012.

PELLIN, A.; CARVALHO, G. REIS, J.C.; Gestão do Uso Público em Unidades de Conservação Urbanas: o Caso do Parque Estadual da Pedra Branca (RJ). Revista Brasileira de Ecoturismo, São Paulo, v.7, n.2, p.344-373. 2014.

PNUD. Objetivos do Desenvolvimento Sustentável. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/pos2015/>. Acesso em: dez. 2017.

RIVA, A. L. et al. Unidades de conservação no Brasil: a contribuição do uso público para o desenvolvimento socioeconômico. São Paulo: Semeia, 2014. 53 p.

RODRIGUES, C. G. O. O uso do público nos parques nacionais: a relação entre as esferas pública e privada na apropriação da biodiversidade. 2009. 358 f., il. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável) - Universidade de Brasília, Brasília, 2009.

SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE DE SÃO PAULO. Projeto de desenvolvimento do ecoturismo na região da Mata Atlântica no estado de São Paulo; Organizadores Érika Sayuri Koga...(etc al.). São Paulo, 2013.

INSTITUTO SEMEIA. Modelos de gestão aplicáveis às unidades de conservação do Brasil / Instituto Semeia. – São Paulo: Semeia, 2015. 59 p.

SILVA, L. S. ECOTURISMO E DESENVOLVIMENTO LOCAL NA ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DA SERRINHA DO ALAMBARI, RESENDE-RJ: Um estudo sobre suas potencialidades e restrições. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal Fluminense - RJ. Niterói, 2013.

SOUZA, T. V. S. B.; THAPA, B.; RODRIGUES, C. G. O.; IMORI, D. (2017). Contribuições do Turismo em Unidades de Conservação Federais para a Economia Brasileira - Efeitos dos Gastos dos Visitantes em 2015: Sumário Executivo. ICMBio. Brasília.

TAKAHASHI, L. Uso Público em Unidades de Conservação. Cadernos de Conservação. Fundação Grupo Boticário de Proteção à Natureza, 2004.

ZELLER, R. H. Planejamento da visitação pública em oito parques nacionais brasileiros: oportunidades para ajustes. Revista Nordestina de Ecoturismo, Aquidabã, v.5, n.2, p.6- 18, 2012.

ZIMMERMANN, A. Visitação nos parques nacionais brasileiros: um estudo à luz das experiências do Equador e da Argentina. 2006. 279 f., il. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável). Universidade de Brasília, Brasília, 2006.

APÊNDICE 1

ROTEIRO DE ENTREVISTA APLICADO JUNTO AOS SERVIDORES QUE TRABALHAM NO PARQUE ESTADUAL DA SERRA DO PAPAGAIO

Nome/Função/Cargo/Contato:

Quais são as modalidades de esporte de aventura mais praticadas na UC?

Que tipo de infraestrutura você sugere existir para dar suporte as atividade de uso público na UC?

Quais entidades localizadas no entorno da UC você acredita possuir capacidade para operar algum modalidade de visitação em parceria com o IEF?

Na sua opinião caso o PESP consiga regulamentar a visitação, as ameaças tendem a diminuir, como caça e incêndios?

APÊNDICE 2

ROTEIRO DE ENTREVISTA APLICADO JUNTO AOS MEMBROS DO CONSELHO CONSULTIVO DO PARQUE ESTADUAL DA SERRA DO PAPAGAIO

Nome/Profissão/Entidade/Contato:

Sua entidade possui algum tipo de parceria com o Parque?

Que tipo de infraestrutura e serviços você acha necessário para a implantação do Programa de Visitação no Parque? Sugere locais específicos?

Os moradores do entorno possuem qualificação adequada para prestarem serviços de atendimento ao visitante que frequenta a região do Parque?

Na sua opinião caso o PESP consiga regulamentar a visitação, as ameaças tendem a diminuir, como a caça e os incêndios?

APÊNDICE 3

ROTEIRO DE ENTREVISTA APLICADO JUNTO AOS CONDUTORES DE ATIVIDADES DE VISITAÇÃO QUE ACONTECEM NO PARQUE ESTADUAL DA SERRA DO PAPAGAIO E ENTORNO

Nome/Profissão/Entidade/Contato:

Qual é a atividade que você pratica e em qual setor especificamente dentro da UC?

Que tipo de infraestrutura e serviços você acha necessário para que esta atividade aconteça de forma segura, com qualidade e cause o mínimo impacto possível no ambiente?

Existe demanda para o credenciamento de condutores na UC como também para programa de voluntariado em apoiar esta atividade?

Qual é a sua sugestão para o Parque melhorar sua identidade perante os visitantes, os moradores do entorno e a sociedade no geral?

APÊNDICE 4

ROTEIRO DE ENTREVISTA APLICADO JUNTO AGENTES MUNICIPAIS DE TURISMO DAS CIDADES ABRANGIDAS PELA ÁREA DO PARQUE ESTADUAL DA SERRA DO PAPAGAIO

Nome/Profissão/Entidade/Contato:

Qual são as comunidades do seu município que possuem relação com a UC?

Que tipo parceria você acredita ser possível entre o seu município e a UC?

Existe possibilidade de parte dos ICMS Ecológico e ICMS Turístico serem destinados para ações no Parque e entorno? Se sim, cite exemplos.

Qual é a sua sugestão para o Parque melhorar sua identidade perante os visitantes, os moradores do entorno e a sociedade no geral?

ANEXO A
FOTOS DO PARQUE ESTADUAL DA SERRA DO PAPAGAIO



Figura 1 - Parque Estadual da Serra do Papagaio
Fonte: IEF-MG



Figura 2 - Parque Estadual da Serra do Papagaio
Fonte: IEF-MG

ANEXO B

MAPAS DE LOCALIZAÇÃO DO PARQUE ESTADUAL DA SERRA DO PAPAGAIO

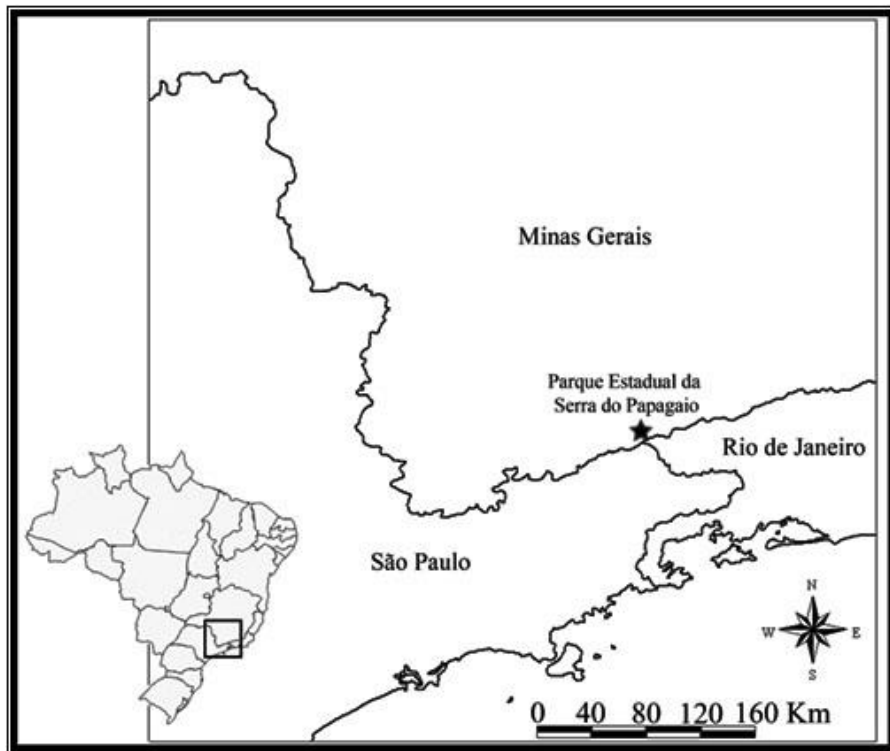


Figura 3 - Mapas de localização do Parque Estadual Serra do Papagaio
Fonte: IEF-MG

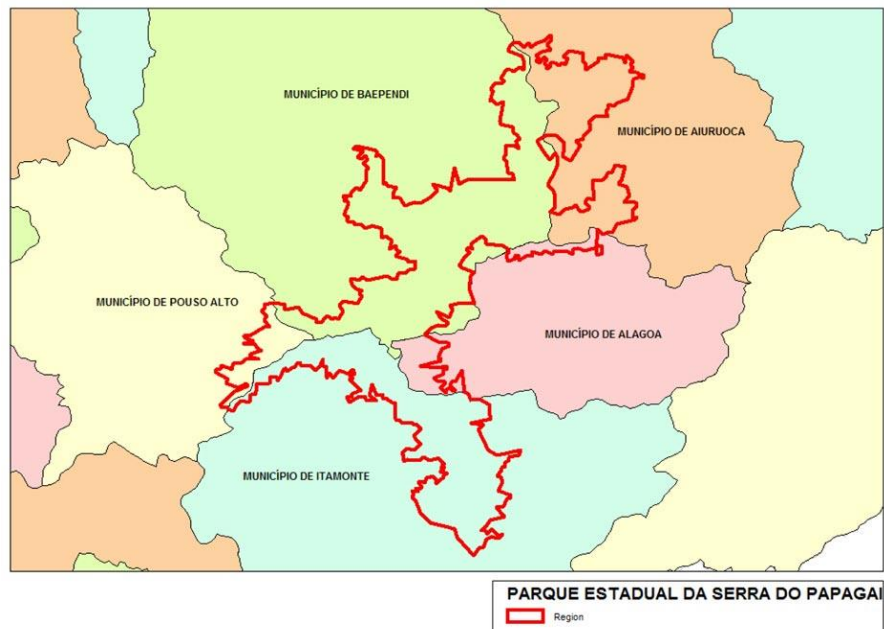


Figura 4 - Mapas de localização do Parque Estadual Serra do Papagaio
Fonte: IEF-MG

ANEXO C

TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA PESQUISA NO PARQUE ESTADUAL SERRA DO PAPAGAIO



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
INSTITUTO ESTADUAL DE FLORESTAS
DIRETORIA DE PROTEÇÃO À FAUNA
GERÊNCIA DE PROJETOS E PESQUISAS

AUTORIZAÇÃO PARA PESQUISA CIENTÍFICA NO ESTADO DE MINAS GERAIS

| | | |
|--|-------------------------------|---------------------------------|
| Número da Autorização 084/2016 Prorrogação I | Data da Emissão 16/11/2017 | Prazo de Validade 16/11/2018 |
|--|-------------------------------|---------------------------------|

INFORMAÇÕES DO RESPONSÁVEL E DO PROJETO

| | | | | | | | | |
|-------------------|--|-------------|-----|-------------------|--|------------|-----|----------------|
| Título do Projeto | "Programa de visitação no Parque Estadual da Serra do Papagaio: potencialidades e desafios para estabelecimento de parcerias". | | | | | | | |
| Instituição | Instituto de Pesquisas Ecológicas - IPÊ | | | | | | | |
| Responsável | Gustavo de Paiva Resende Toledo | | | | | | CPF | 053.988.126-02 |
| Logradouro | Rua Doutor Arnaldo | | | | | | | |
| Nº/KM | 51 | Complemento | 203 | Bairro/Localidade | Centro | | | |
| Município | Varginha | UF | MG | CEP | 37014-030 | Cx. Postal | --- | |
| Telefone | 35-3222-4379; 11-35900041 | | | Celular | 24-981361735; 32-999443355; 32-984385995; 11 999007739 | | | |
| E-mail | gustavotoledo82@gmail.com; cpadua@ipe.org.br | | | | | | | |

INTEGRANTES DA EQUIPE

| Nome | Instituição | CPF | Função |
|-------------------------------------|-------------|----------------|----------------|
| Claudio Benedito Valladares Padua | IPÊ | 025.266.467-15 | Orientador |
| Camila Gonçalves Oliveira Rodrigues | UFRRJ | 199.204.118-09 | Co-Orientadora |
| Fernanda Mendes Aídar | SEMEIA | 347.494.608-00 | Colaborador |

INFORMAÇÕES DAS ATIVIDADES (COLETA/CAPTURA/TRANSPORTE)

| | | | | |
|--------------------|-----------------------------------|---|-------------------------------------|--|
| Tipo de Atividade: | <input type="checkbox"/> Captura | <input type="checkbox"/> Coleta | <input type="checkbox"/> Transporte | <input checked="" type="checkbox"/> Sem Coleta/Captura |
| | <input type="checkbox"/> Abiótica | <input type="checkbox"/> Microrganismos | <input type="checkbox"/> Fungo | <input type="checkbox"/> Botânica |
| | <input type="checkbox"/> Anfíbios | <input type="checkbox"/> Répteis | <input type="checkbox"/> Aves | <input type="checkbox"/> Mamíferos |

| | |
|-------------|---|
| OBSERVAÇÕES | Esta autorização não permite coleta de material biológico nem abiótico. |
|-------------|---|

LOCAL DA ATIVIDADE - EM UNIDADE DE CONSERVAÇÃO ESTADUAL

| Unidade de Conservação | Responsável pela UC | Contato (Telefone e e-mail) | Endereço da UC | Assinatura do Responsável pela UC |
|------------------------|-------------------------|---|--|-----------------------------------|
| PE Serra do Papagaio | Alberto Pereira Rezende | (35) 3341-5404 (35)999492104 alberto.rezende@meioambiente.mg.gov.br | R. Teixeira Leal, 315. Caxambú CEP: 37.440-000 | |

Esta autorização será válida apenas com a autenticação do responsável pela(s) Unidade(s) de Conservação.

LOCAL DA ATIVIDADE - FORA DE UNIDADE DE CONSERVAÇÃO ESTADUAL (apenas para material botânico)

| | |
|--------------|---------------|
| Município(s) | Não se aplica |
|--------------|---------------|

TRANSPORTE - DESTINO DO MATERIAL COLETADO

| | |
|------------------|---------------|
| Instituição(ões) | Não se aplica |
| Endereço(s) | Não se aplica |

Outras Observações e Ressalvas:

1. Esta autorização não exime o pesquisador titular e os membros de sua equipe da necessidade de obter as anuências previstas em outros instrumentos

| | |
|---|---|
| Assinatura do responsável pela Autorização Janaina A. B. Aguiar Gerente de Projetos e Pesquisas do IEF Masp: 1131566-0 | Número do Processo SIGED - IEF/DFAU/GPROP <div style="text-align: center;"> SIGED 00001288 2101 2017 </div> |
|---|---|

Cidade Administrativa Tancredo Neves, Edifício Minas - Gerência de Projetos e Pesquisas - 1
Rodovia Prefeito Américo Gianetti, s/n - Bairro Serra Verde - Belo Horizonte
Telefones: (31) 3915-1326 e (31) 3915-1327 E-mail: pesquisa.gprop@